



02

Centro Antigo
de Salvador:
Uma região
em debate



Palácio Rio Branco, Praça Thomé de Souza, s/nº – Centro – CEP 40020-010 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3103-3400 / 3103-3434
www.cultura.ba.gov.br



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner - Governador

Secretaria de Cultura
Antonio Albino Canelas Rubim - Secretário
Márcio Meirelles - Secretário (2007-2010)

Superintendência de Promoção Cultural
Carlos Paiva - Superintendente
Paulo Henrique de Almeida (2007-2009)

Superintendência de Cultura
Adalberto Santos - Superintendente
Ângela Andrade - Superintendente (2007-2010)

Fundação Pedro Calmon
Ubiratan Castro de Araújo - Diretor

Fundação Cultural do Estado da Bahia
Nehle Franke - Diretora
Gisele Nussbaumer - Diretora (2007-2010)

Instituto do Patrimônio Artístico
Cultural da Bahia
Frederico Mendonça - Diretor

infocultura

é uma publicação editada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Diretora de Incentivos Culturais
Luciano Damasceno
Carlota de Souza Gottschall (2007-2009)

Coordenação Editorial
Carlota de Souza Gottschall

Autores
Ana Fernandes (UFBA)
Ângela Franco (SECULT)
Carlota de Souza Gottschall (SECULT)
Luciano Damasceno (SECULT)
Paulo Henrique de Almeida (SECULT)
Paulo Ormino de Azevedo (UFBA)
Sandro Lobo (Jornalista)

Fotos
Valéria Simões

Projeto gráfico e editoração
2Designers

Editoração 2ª Edição
Rita de Cássia Assis

Revisão e Produção Executiva 2ª Edição
Mariana Alcântara

2ª edição - Tiragem 1.000 exemplares - Impressão: Grasb

Diretoria de Bibliotecas Públicas – Gerência Técnica
(Fundação Pedro Calmon – BA)

Infocultura: informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia /
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ano.2, n.2 (out.
2008)-. ed. revisada e ampliada _ Salvador: Secretaria de
Cultura do Estado Bahia, 2011. 24 p. : il.

Semestral
ISSN 2236-8922

1. Cultura – Bahia – Periódico I. Secretaria de Cultura do
Estado da Bahia. II. Título.

CDD 306.8142

Sumário



Introdução	2
Perfil dos Moradores do Centro Antigo de Salvador	6
Empresas do Centro Histórico de Salvador	16
Investimentos Públicos e Privados no Centro Antigo de Salvador	20
Centralidade Étnica da Mancha Matriz de Salvador	24
Centro Antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação	30

INTRODUÇÃO

O Infocultura n. 2 – *Centro Antigo de Salvador: uma região em debate* – visa contribuir com a discussão e planejamento de ações a serem implantadas no centro tradicional em função da parceria firmada entre Poder Público, iniciativa privada e organismos da sociedade civil; com o intuito de imprimir dinamismo e sustentabilidade a este território de grande importância material e simbólica para a cidade da Bahia por resguardar sua essência cultural, histórica e contemporânea. Para tanto, esta publicação está disponibilizando uma série de informações relativas ao perfil dos moradores; características das empresas instaladas na poligonal tombada pelo IPHAN – Centro Histórico de Salvador (CHS) –; contextualização urbana; além de uma relação dos principais investimentos públicos e privados realizados e previstos para esta região.

O Centro Antigo de Salvador (CAS)¹ abriga aproximadamente 67 mil residentes e outros milhares de indivíduos que diariamente por ali circulam em busca de diversos tipos de serviços, os tradicionais (lojas de rua, serviços pessoais e administrativos), os competitivos (turismo, diversão, *shopping center*, saúde, pesquisa, telecomunicação, universidades) ou os precários (informais e ambulantes), quase sempre dirigidos aos consumidores de menor estrato de renda. Congrega também boa parte dos equipamentos culturais da capital – conventos, igrejas, edifícios patrimoniais, museus, fundações, cinemas, teatros, bibliotecas, arquivos –, resguardando referências simbólicas tradicionais e contemporâneas. Além disso, desfruta de um amplo, ainda que deficitário, sistema de transporte e de terminais de ônibus – Lapa, Barroquinha, França, Aquidabã; além dos teleféricos que ligam a Cidade Baixa à Cidade Alta –, incluindo as futuras estações de metrô.

Contudo não se pode perder de vista que os problemas neste território são inúmeros: manutenção dos imóveis patrimoniais, prédios abandonados, segurança pública, trânsito, acessibilidade, ausência de estacionamento, limpeza urbana, poluição sonora e ambiental, bolsões de miséria, tráfico de drogas, prostituição, dentre outros, que urgem serem resolvidos para que o CAS seja vivenciado em toda a sua grandiosidade cultural. É evidente a necessidade de se executar projetos que solucionem os pontos de vulnerabilidade social e patrimonial desta região – Pelourinho, Taboão, Gravatá, transversais da Baixa do Sapateiro e do Santo Antonio Além do Carmo, Ladeira da Praça, Misericórdia, Ruy Barbosa, Ladeira da Montanha,

¹ Considera-se Centro Antigo de Salvador a poligonal que delimita o CHS, que inclui Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodré, trecho da Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus e Barroquinha; as Ruas da Conceição da Praia da Misericórdia, da Ajuda e Chile; os Largos de São Francisco e de São Bento, além da Praça da Sé. Já no Entorno do Centro Histórico (CHS), estão incluídos: o Barbalho, Macaúbas, Água de Meninos, Comércio, Aquidabã, Saúde, Nazaré, Palma, Campo da Pólvora, Mouraria, Joana Angélica, Lapa, Tororó, São Pedro, Largo Dois de Julho, Piedade, Barris, Mercês, Afritos, Gamboa de Cima, Gamboa de Baixo, Politeama de Cima, Politeama de Baixo, Banco dos Ingleses e parte do Campo Grande (recorte no antigo Hotel da Bahia). Vide mapa página 5.

Ladeira da Preguiça – que apesar de sérios, felizmente, não abrangem grandes contingentes populacionais².

Marcado por uma ocupação que se retroalimenta, ainda que de forma desigual, as ações planejadas para o Centro Antigo têm que ser pensadas como um todo, considerando o conjunto urbano de dimensão metropolitana que abriga diferenças históricas, econômicas, sociais e culturais secularmente acumuladas, e acentuadas a partir das décadas de 1950 e 1960, quando o projeto de modernização de Salvador negou o importante papel do centro colonial, lhe atribuindo o distintivo de lugar do passado, que deveria ser esquecido³. Proposição esta que, aceita pela população, resultou no esvaziamento residencial deste território. Segundo o Censo do IBGE, “enquanto Salvador ganhava 1,4 milhões de habitantes entre 1970 e 2000, essa região perdia quase 54 mil residentes. Em 2000, dentre as 2,4 milhões de pessoas residentes na capital, apenas 66,8 mil (2,8%) moravam nos bairros do CHS e seu entorno” (GOTTSCHALL & SANTANA, 2006 p. 21). Somente o Censo de 2010 poderá atestar se houve alteração ou não nessa tendência.

Apesar deste refluxo, o relatório sobre o *Perfil dos Moradores do Centro Antigo de Salvador*, que utiliza os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED–RMS)⁴ como fonte, atesta que, de maneira geral, os indicadores socioeconômicos dos residentes do CAS – rendimentos, nível de escolaridade, presença destacada de empregadores e de assalariados, marcadamente funcionários públicos – são superiores aos de Salvador.

Como ocorrera em outras capitais brasileiras, o processo de modernização urbano em Salvador primou pela “introdução do ‘novo’ em substituição às antigas estruturas herdadas do passado sem compromisso com a memória ou com as funções simbólicas que, tradicionalmente, eram desempenhadas nos centros urbanos de origem, os núcleos históricos das cidades”

(ROLNIK & BOTLER, 2003 p.142)⁵. Ainda que esta estratégia tenha sido bem-sucedida do ponto de vista do capital, provocou um enorme estrago ao dinamismo e à preservação da memória nos centros tradicionais destas cidades, como se pode atestar na cidade da Bahia.

Nas últimas três décadas, visando minimizar o prejuízo causado por esta estratégia, os gestores públicos tentaram soluções que aliassem dinamismo à preservação do maior conjunto arquitetônico da América Latina, priorizando a área central do CHS, sub-região do Pelourinho, bairro com características singulares, tratado como espaço de lazer e entretenimento para turistas. Mais recentemente, o Santo Antônio Além do Carmo, em um processo absolutamente diferenciado do que ocorrera no Pelourinho, vem transformando a sua condição de bairro com características comunitárias remanescente das pequenas cidades do interior, devido à ação da iniciativa privada através da especulação imobiliária, do mercado de hotéis e de equipamentos de lazer. Já em São Bento-Mouraria, área que apresenta melhores indicadores sociais, e na Rua Chile, o dinamismo comercial se mantém.

Segundo pesquisa do Sebrae⁶, em sua maioria, as empresas que atuam no CHS são micro e/ou pequenos empreendimentos, predominantemente comerciais e prestadores de serviços e apresentam uma relativa estabilidade quanto ao tempo de existência no mercado. Quanto à distribuição espacial, em São Bento e na Rua Chile, escritórios prestadores de serviços profissionais especializados (jurídicos, contábeis, comunicação e cultura) se fazem mais presentes; no Pelourinho, as atividades comerciais são mais marcantes, prevalecendo as lojas de vestuário, *souvenir* e artesanato industrial; em

² Ver Centro da Cultura de Salvador. Gottschall, Carlota S. & Santana, Mariely C., Salvador: Edufba/SEI, 2006.

³ Ver artigo do arquiteto Paulo Ormino nesta publicação, Centralidade Étnica da Mancha Matriz de Salvador.

⁴ Pesquisa coordenada pela SEI/SEPLAN, UFBA e DIEESE.

⁵ Apud Centro da Cultura de Salvador. Gottschall, Carlota S. & Santana, Mariely C., Salvador: Edufba/SEI, 2006 p.21.

⁶ Censo Empresarial do Centro Histórico da Cidade do Salvador/Bahia. Relatório Preliminar em 1ª versão. Sebrae, março 2008.

Santo Antônio Além do Carmo, o diferencial fica por conta dos hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Estas e outras informações podem ser vistas no artigo *Empresas do Centro Histórico de Salvador*.

Já os investimentos públicos e privados que estão sendo realizados ou previstos para essa região, ao serem incorporados à perspectiva de minimizar os problemas e tornar este território sustentável, além de apostarem no diferencial do espaço patrimonial, poderão, em médio prazo, alterar substancialmente as feições desse espaço, conforme ocorrido em outras cidades do mundo, inclusive na América Latina. Discussão apresentada no artigo *Investimentos realizados no Centro Antigo de Salvador*.

As últimas intervenções do Poder Público, ainda que tenham aprofundado os vínculos desse conjunto patrimonial com o modelo global dominante – espetacularização de espaços patrimoniais, inserção no mercado turístico e cultural – não propuseram uma integração da população de menor poder aquisitivo, o que terminou por manter os sérios problemas sociais que afugentam residentes e visitantes deste território. O artigo *Centralidade Étnica da Mancha Matriz de Salvador* descreve esse processo.

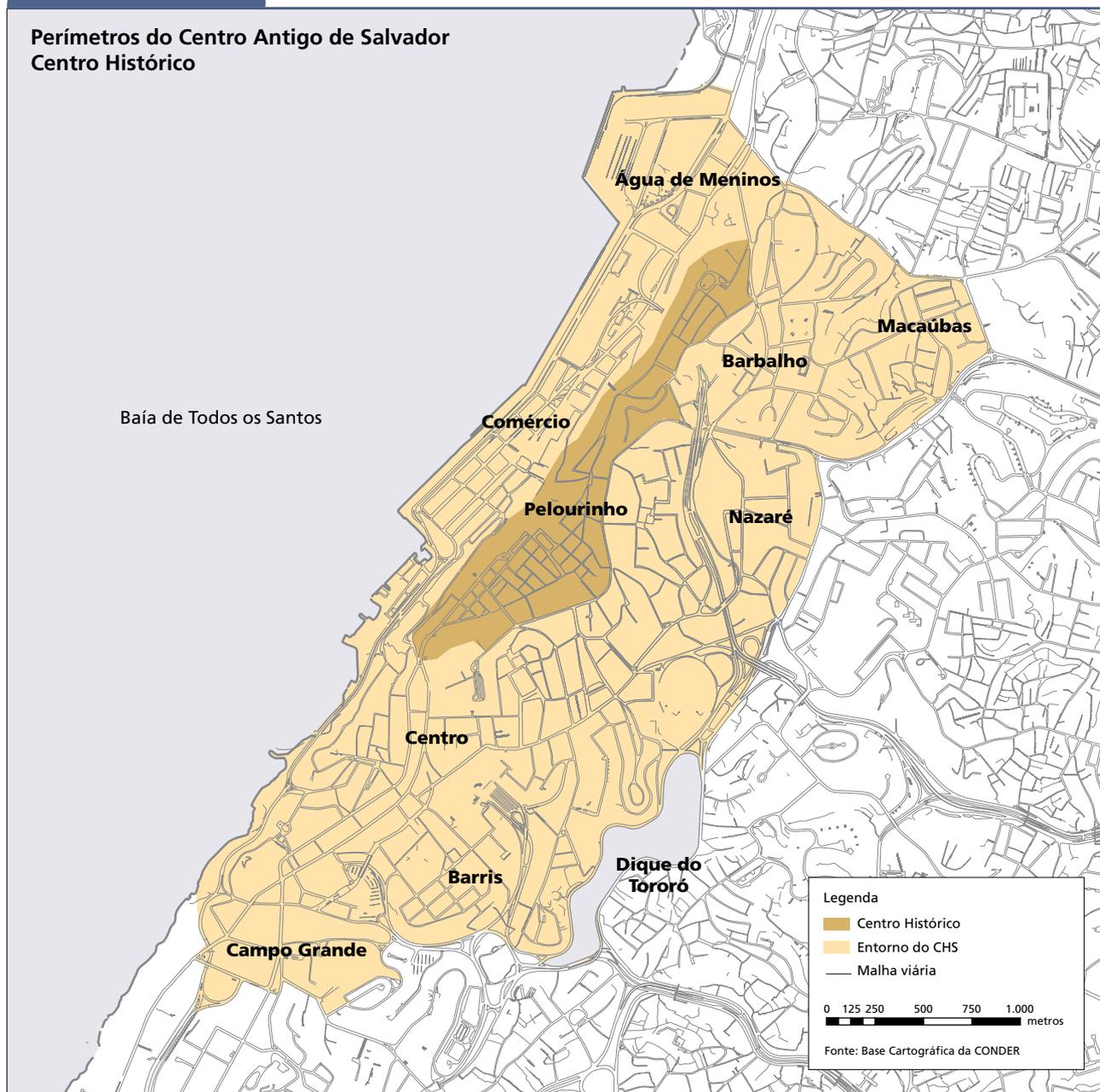
Ao pensar o planejamento da região metropolitana tradicional como um conjunto e não de forma fragmentada, o Poder Público tem a tarefa de definir parâmetros e regulamentar o processo de reabilitação dessa importante região. Debate abordado no artigo *Centro Antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação*.

A construção de um modelo de governabilidade que envolva poder público, iniciativa privada e organização social, capaz de equacionar a condição de moradia, sustentabilidade e inclusão, é um dos desafios postos para os agentes envolvidos no CAS, também um exercício cotidiano de convívio solidário e sustentável. O primeiro passo nesse sentido foi dado em 2007 quando se

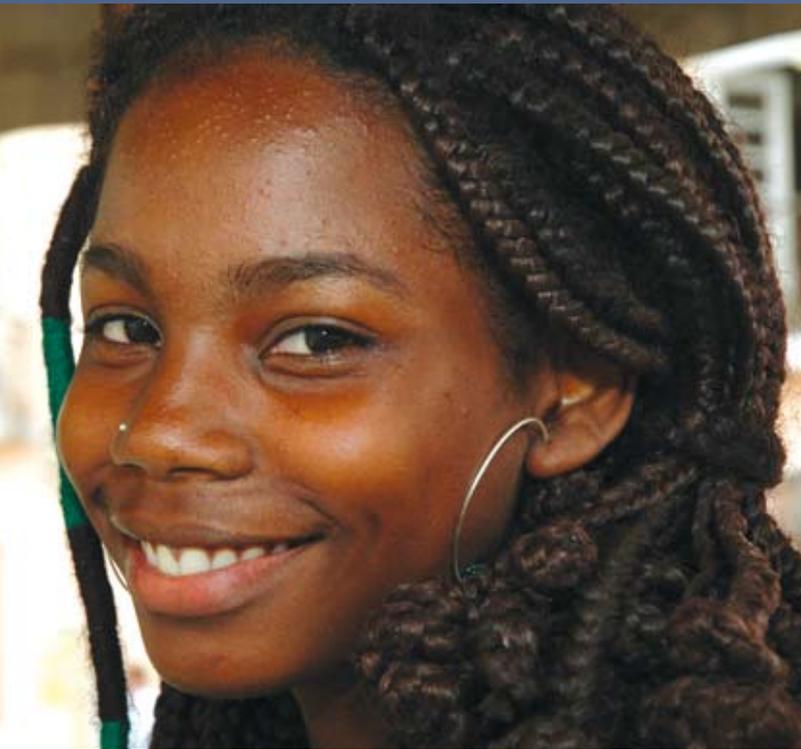
constituiu o Escritório de Referência do Centro Histórico de Salvador, organismo que congrega representantes de diversas secretarias do Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Salvador, Sociedade Civil, instituições federais e organismos internacionais, visando atuar nesse território em um tempo de vigência até 2010. Em 2008, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Governo do Estado e a UNESCO, objetivando capacitar a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia para conceber uma estratégia de sustentabilidade, baseada na relação entre Cultura e Desenvolvimento, foi outro avanço. O caminho é longo, mas o único capaz de trazer resultados satisfatórios e permanentes.



Perímetros do Centro Antigo de Salvador Centro Histórico



PERFIL DOS MORADORES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR



Ângela Franco
Carlota de Sousa Gottschall
Luciano Damasceno
Paulo Henrique de Almeida

O objetivo deste texto é caracterizar o perfil dos residentes no Centro Antigo de Salvador (CAS), disponibilizando informações como subsídio para a definição de políticas públicas que solucionem os problemas existentes nessa região da cidade. Para tanto, recorreu-se à base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED–RMS), realizada nos últimos 12 anos, sendo selecionados para investigação três períodos ou amostras: 1997 a 1999; 2001 a 2003 e 2005 a 2007¹.

O recorte espacial aqui adotado divide o Centro Antigo em dois territórios. De um lado, o Centro Histórico de Salvador (CHS), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1984, e amparado legalmente pelo Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937. De outro, o Entorno do CHS – aqui englobando as áreas delimitadas pela Lei Municipal nº 3.289/83 como sendo de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador. Esses dois territórios correspondem a 88 setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 21 dos quais localizados no Centro Histórico e 67 no seu Entorno (ECH)².

A poligonal que delimita o CHS compreende os bairros de Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodrê, trecho da Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus e Barroquinha; as Ruas da Conceição da Praia, da Misericórdia, da Ajuda e Chile; o Largo de São Francisco e o Largo de São Bento, além da Praça da Sé. Já no Entorno do Centro Histórico, estão incluídos: Barbalho, Macaúbas, Água de Meninos, Comércio, Aquidabã, Saúde, Nazaré, Palma, Campo da Pólvora, Mouraria, Joana Angélica, Lapa, Tororó, São Pedro, Largo Dois de Julho, Piedade, Barris, Mercês, Aflitos, Gamboa de Cima, Gamboa de

¹ A PED é fruto da ação conjunta de quatro instituições - SEI/SEPLAN, SETRE, DIEESE e UFBA. Essa Pesquisa é aplicada, mensalmente, em 2,5 mil domicílios localizados na Região Metropolitana de Salvador e tem por objetivo captar informações relativas ao mercado de trabalho. Para o presente estudo, foram observados 535.875 indivíduos residentes em Salvador em três períodos (1997-99, 2001-03 e 2005-07).

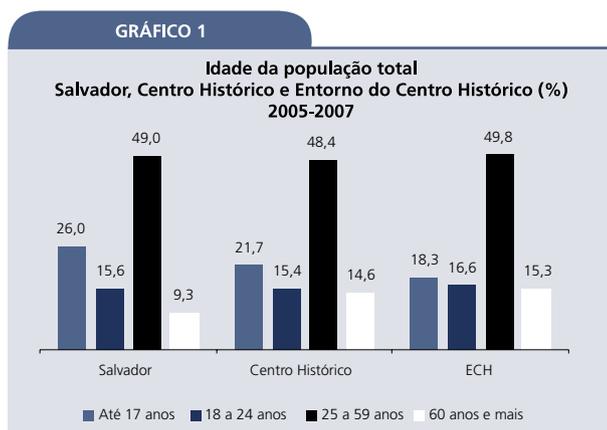
² Considerando-se as mesmas três amostras, foram observados 43.126 indivíduos no Centro Antigo, representando 8% do total de entrevistas realizadas na capital.

Baixo, Politeama de Cima, Politeama de Baixo, Banco dos Ingleses e parte do Campo Grande (trecho até o antigo Hotel da Bahia).

1.1 ATRIBUTOS PESSOAIS

Uma maior presença da terceira idade

Segundo a PED, no intervalo 2005-2007, 9,3% da população de Salvador tinha mais de 60 anos. A proporção era significativamente maior no CAS, onde 14,6% dos moradores do Centro Histórico e 15,1% dos habitantes do Entorno estavam acima dessa idade (gráfico 1). Em contrapartida, a proporção de crianças e jovens de até 17 anos era menor no Antigo Centro, particularmente nos bairros do ECH, onde era de apenas 18,3% para um percentual de 26% no conjunto da cidade.

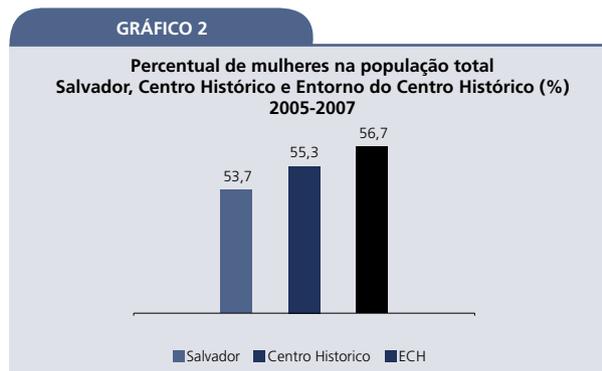


Como seria de se esperar, o CAS também abrigava uma fração mais importante de aposentados, que ali somavam 14,4%, contra 8,9% em Salvador como um todo.

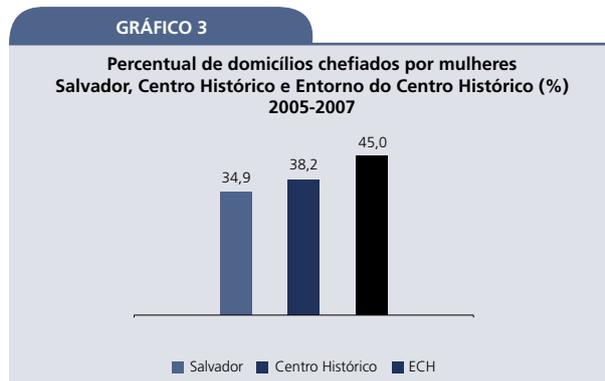
Esses dados fornecidos pela PED–RMS, relativos à distribuição etária da população, apontam, assim, a necessidade de se investir em políticas sociais e urbanas mais focadas nos estratos de maior idade. Trata-se de uma população que, por falta de interesse ou condições, não migrou para os novos bairros da cidade. Ela continuará envelhecendo no Centro Antigo e concentrando, ali, uma demanda específica para serviços de saúde, lazer para pessoas idosas ou transporte.

Mais mulheres e mais famílias chefiadas por mulheres

Em Salvador, as mulheres representavam aproximadamente 54% da população da amostra da PED para 2005-2007 (gráfico 2). No Centro Antigo, a presença feminina era ainda mais forte, principalmente no Entorno da poligonal tombada, onde quase 57% dos moradores eram mulheres. Diversas hipóteses podem ser arroladas para explicar a maior participação feminina na população dessa área da cidade. A mais importante é uma porcentagem mais elevada de idosos, que são, sobretudo, mulheres, em razão a maior expectativa de vida que caracteriza esse sexo.



Os resultados da pesquisa mostram que 38,2% dos domicílios no Centro Histórico e 45% no ECH eram chefiados por mulheres, uma proporção bem maior do que a média registrada para Salvador de 34,9% (gráfico 3). A chefia feminina é, em geral, considerada um indicador de precariedade na organização familiar, mas no Centro Antigo, como será confirmado adiante, os níveis de escolaridade e de rendimentos da população são maiores do que os registrados para o conjunto da cidade. Assim, pode-se supor que a maior proporção de domicílios chefiados pelo sexo feminino decorra, mais uma vez, da distribuição etária da população, que pode implicar numa maior proporção de mulheres com mais de 60 anos na condição de viúvas, separadas ou divorciadas.³



Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE. Cálculos SECULT.

³ Todas as três características da população do CAS descritas até aqui – maior presença da terceira idade, de mulheres e de domicílios chefiados por mulheres, foram registradas também pelo Censo Demográfico de 2000. Ver GOTTSCHELL, Carlota, SANTANA, Mariely Cabral de e ROCHA, Ana G. P., Perfil dos Moradores do Centro Tradicional de Salvador à Luz do Censo 2000, in GOTTSCHELL, Carlota e SANTANA, Mariely Cabral de, Centro da Cultura de Salvador, Salvador: SEI/UFBA, 2006.

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA TÊM PRESEÇA DESTACADA NO CAS

Depois de trabalhar durante anos no Centro Administrativo da Bahia, a funcionária pública Ana Sales, há cerca de 10 anos foi transferida para o centro de cidade. A partir daí começou a alimentar o desejo de se mudar para o um local próximo ao seu trabalho. Ela não sabia ainda exatamente para que bairro, mas tinha em mente o que a movia: melhora da qualidade de vida, fuga do estresse com o transporte público, vontade de poder ir e voltar do trabalho a pé, almoçar em casa – coisas cada vez mais raras na metrópole. “Comecei a não querer tomar ônibus, ver as possibilidades de morar nos bairros daqui. Aí surgiu o apartamento em que moro hoje”, diz ela, que vive há cinco anos num antigo prédio da Avenida Joana Angélica, bem ao lado de uma das principais referências do bairro de Nazaré, o Colégio Central da Bahia, a 200 metros da Estação da Lapa, do Fórum Rui Barbosa e da futura estação do metrô no Campo da Pólvora. Mãe de dois filhos já adultos, um advogado e outro formando em artes plásticas, com quem convive, Ana representa um perfil social com presença destacada no Centro Antigo de Salvador (CAS). De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) 2005/2007, a média de mulheres que são chefes de família no CAS (43,7%) é superior à da cidade de Salvador como um todo (34,9%). Embora faça ressalvas à questão da segurança na área, os vínculos de vida sustentaram a decisão pela mudança. “Sinto falta de uma boa academia de ginástica, de um bom supermercado, que só encontro no Campo Grande. E também é preciso mais policiamento à noite: você transita muito bem na área em período letivo até umas 21h30, 22 horas, porque tem as escolas e faculdades,



mas, quando chega o período de férias escolares, vira um deserto às oito da noite”, analisa. Antes de ir para Nazaré, Ana chegou a olhar alguns lugares nos Barris, mas se surpreendeu com a valorização da área e os altos preços dos aluguéis. “Os Barris têm umas pracinhas lindas, é um bairro que tem uma vida própria, mas o valor do aluguel é muito alto.” De resto, o clima da vida cotidiana na região agrada à funcionária pública: “Sempre gostei dos lugares próximos do Centro. Estudei no Central na década de 70, isso aqui é familiar. Fiz economia na Católica, tive aula no Convento da Palma... Hoje vou a pé para o trabalho, almoço em casa, tem tudo próximo, os shoppings, as lojas de rua, farmácias. E, para mim, que sempre gostei da Avenida Sete, tem aquelas lojinhas em que você acha mil coisas interessantes, lojas de importados de baixo custo que toda dona-de-casa gosta”, brinca.



Menor proporção de negros e forte imigração de jovens

A população do Centro Histórico (com 78,4%) e, particularmente, a do seu Entorno (com 76,5%) apresentavam em 2005-2007 uma menor proporção de negros do que a verificada entre o conjunto dos habitantes de Salvador (86,2%).⁴

Informação também importante revelada pela pesquisa diz respeito à maior presença de recém-imigrados na população do Centro Antigo.⁵ Como mostra o gráfico 4, em 2007, 12,1% da população do CAS era constituída por novos habitantes, enquanto que esta proporção era de 9,8% em Salvador. Um exame mais detalhado dessa população de recém-chegados ao Centro Antigo revela que há uma significativa porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos (28,8%), que é quase o dobro da verificada para Salvador.

GRÁFICO 4

Recém-Imigrados (residentes há menos de três anos)
Salvador, Centro Histórico (%)



Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE. Cálculos SECULT.

⁴ Negros aqui correspondem à soma de pretos e pardos.

⁵ Pessoas residentes há menos de três anos.

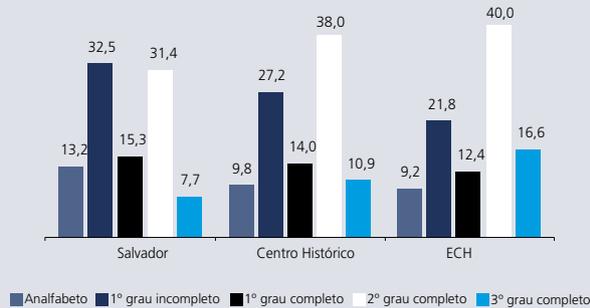
O que se pode inferir é que o crescimento de Salvador e as dificuldades de deslocamento urbano – especialmente as cotidianas como casa/trabalho, casa/escola –, mantêm o CAS, com o seu conjunto de serviços, inclusive educacionais, como um espaço bastante atrativo, sobretudo para uma jovem classe média de menor poder aquisitivo. É necessário lembrar, ainda, que o centro antigo, com aluguéis relativamente mais baratos e razoáveis condições de acessibilidade, sempre foi uma opção para a juventude de classe média vinda do interior para estudar na capital, o que pode explicar a permanência de grande número de repúblicas de estudantes e pensionatos localizadas no ECH, em bairros como Barris, Tororó ou Nazaré.

Uma população mais escolarizada

Os moradores do Centro Antigo têm um grau de escolaridade mais elevado do que o da média da população de Salvador (gráfico 5). No Centro Histórico, 48,9% da população residente tem segundo grau completo ou mais, enquanto no seu Entorno tal proporção atinge 56,6%. Este percentual para o conjunto da cidade é de apenas 39,1%. Além disso, os indivíduos com terceiro grau completo são 10,9% dos residentes do CH, 16,6% do ECH e apenas 7,7% na população de Salvador.

GRÁFICO 5

Escolaridade da população total
Salvador, Centro Histórico e Entorno do Centro Histórico (%)



Fonte: PED/RMS – UFBA/SEV/SEPLAN/SEADE/DIEESE. Cálculos SECULT.

NASCIDO E CRIADO NO CENTRÃO

Uma área que tem grande potencialidade a ser desenvolvida. É assim, com olhar de administrador, que Saulo Robledo, 33 anos, vê o Centro Antigo de Salvador (CAS). “Acho que a zona tem poder de atração de investimento, se for bem trabalhada, e uma grande possibilidade como zona cultural e artística”, avalia. Saulo fala com a experiência de quem foi nascido e criado na área, em casas situadas entre as ruas da Independência e a Júlia Fetal, onde vive atualmente, no Campo da Pólvora, bem ao lado do edifício da Embratel e do Fórum Rui Barbosa, e em frente ao secular Mosteiro de Santa Clara do Desterro. Formado em administração e comércio exterior, com pós-graduação, ele e a irmã Sâmia Robledo, graduada em Pedagogia, integram as estatísticas de moradores do CAS ocupados que têm nível superior (25,6%) – índice que supera o verificado no Centro Histórico (18,5%) e mesmo o de Salvador como um todo (13,9%), de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) 2005/2007. Toda a formação cultural dos dois irmãos – os primeiros a atingir nível universitário na família, em que o pai era funcionário público e a mãe professora – foi na área, desde o ensino fundamental. Para ele, um dos pontos positivos de morar ali, no mesmo bairro em que trabalha, é a facilidade de acesso, e a proximidade dos principais equipamentos de cultura da cidade. “Acho ótimo ter nascido num bairro onde posso fazer quase tudo, com boa oferta de serviços e consumo, o que me facilita a vida”, afirma. Em sua opinião, a convivência com outras pessoas do chamado Centrão, “por ser esse lugar que abriga tanta coisa”, faz com que as pessoas – embora se conheçam, ao menos superficialmente – sejam mais reservadas. O clima de “bairro” ele busca em outras localidades perto de casa; o Tororó, por exemplo, é um local próximo em que ele identifica esse outro

tipo de sociabilidade mais intimista. As ressalvas são as mesmas que de outros moradores do CAS: demanda de mais policiamento, especialmente à noite, quando a área fica menos movimentada. “Durante o dia, tem esse caos no trânsito por conta do número de pessoas que tem adquirido automóveis e da falta de planejamento viários, mas isso é na cidade como um todo”, acrescenta. Saulo – que vive numa casa de três quartos com a mãe, a irmã, o cunhado e o sobrinho e não pensa em sair. A ideia é ampliar o imóvel da família e criar um espaço contíguo com entrada e saída independentes – tudo por uma vida “menos tensa e mais agradável”.



1.2 SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS MORADORES

Nos últimos anos, o mercado de trabalho no Brasil vem apresentando maior dinamismo, com o percentual de desocupados decrescendo significativamente desde 2005. Em Salvador, o desemprego atingiu quase 30% da população economicamente ativa (PEA) em meados de 2003, mas declinou desde então e é hoje da ordem de 20%. Esse recuo é reflexo da expansão econômica que vem gerando novas vagas de emprego em ritmo superior à inclusão de novos trabalhadores na PEA. Além dessa melhora observada nos níveis de desemprego, houve incremento também dos postos de trabalho com vínculos empregatícios formais. A expansão do número de trabalhadores com carteira assinada resultou da conjunção de pelo menos quatro fatores: expansão das empresas formais, criação de novas empresas, incentivos fiscais à formalização dos empregos sem registro (caso do emprego doméstico) e aumento da fiscalização. Nesse cenário, melhoraram igualmente os rendimentos médios reais.

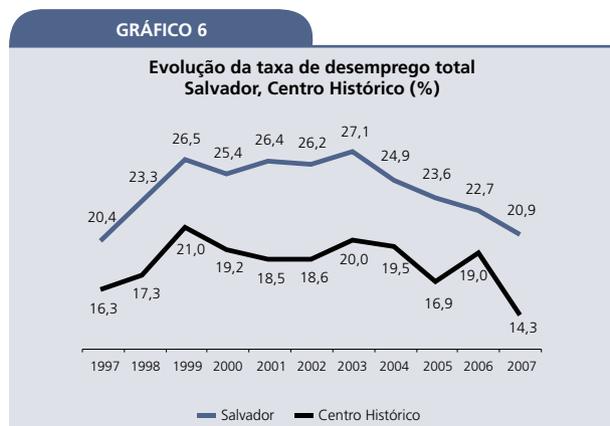
Essa conjuntura macroeconômica favorável no mercado de trabalho beneficiou os residentes do Centro Antigo de Salvador, que já tinham tanto do ponto de vista do desemprego, quanto do ângulo da formalização e da renda, uma posição melhor do que da média da população soteropolitana.

Menos desempregados e mais trabalhadores formais

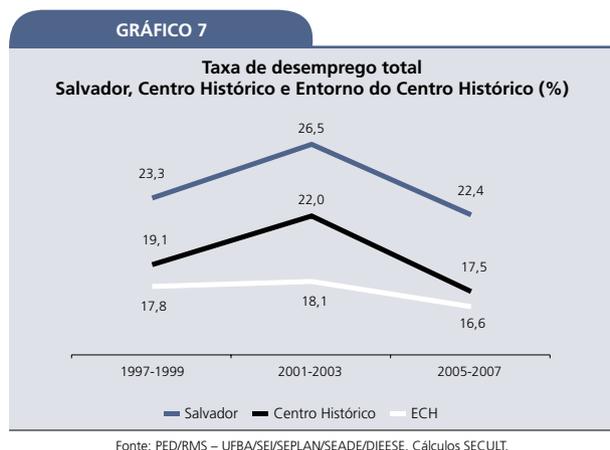
Como se avançou, a pesquisa mostra que *a taxa de desemprego no Centro Antigo - e notadamente no seu Entorno - é mais baixa do que a verificada em Salvador*⁶.

⁶ Na PED, o conceito de desemprego total corresponde à soma do desemprego aberto com o oculto. O desemprego aberto concerne os indivíduos que procuraram emprego efetivamente nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa e não trabalharam nos últimos 7 dias anteriores à semana da entrevista. O desemprego oculto por trabalho precário diz respeito aos desempregados que trabalharam de forma irregular (camelôs, bicos, catadores de latinha, etc.), de modo remunerado ou não, e que, ao mesmo tempo, continuaram procurando emprego nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa ou mesmo nos últimos 12 meses. O desemprego oculto por desalento abrange os desempregados que não procuraram emprego nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa (por desestímulo ou desânimo), mas procuraram por emprego nos últimos 12 meses.

O gráfico 6 mostra ainda que *a nova conjuntura econômica, iniciada em 2004, beneficiou também os moradores do CAS*, com a taxa de desemprego total diminuindo de 20% nesse ano para 14,3% em 2007 – um recuo que se dá, diga-se de passagem, sobretudo a partir de 2006.

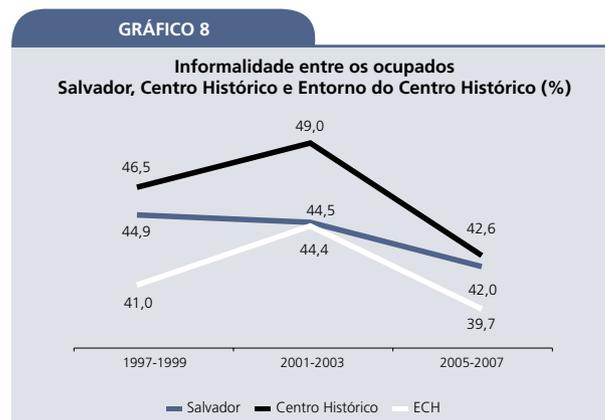


O gráfico 7 detalha a evolução do desemprego nas duas diferentes áreas do Centro Antigo (para obter significância estatística, os dados foram agrupados mais



uma vez em três intervalos). Comprova-se, primeiro, que a taxa de desemprego é menor que a verificada em Salvador não apenas no Entorno do Centro Histórico, mas também no próprio CHS. Verifica-se, além disso, que a melhoria da situação econômica da cidade favoreceu não somente os habitantes do Entorno, mas também os do Centro Histórico.

Em todas as regiões metropolitanas brasileiras, a redução do desemprego tem sido provocada por um incremento da oferta de postos de trabalho assalariado e majoritariamente formais. No período recente, a diminuição relativa da informalidade também ocorreu em Salvador e em seu Centro Antigo, conforme revela o gráfico 8⁷.



O mesmo gráfico mostra ainda que a queda das taxas de informalidade, a partir de 2004, deu-se mais rapidamente no Centro Histórico e no seu Entorno do que no conjunto da cidade. Até o intervalo 2001-2003 a proporção de trabalhadores informais era mais elevada no CHS (49%) que na média da população soteropolitana (44,5%).

⁷ A literatura especializada considera ocupado informal o indivíduo empregado sem carteira de trabalho assinada, o ocupado não empregado que não contribuiu para a Previdência Social e, ainda, o trabalhador que ganha exclusivamente por produção. Por oposição, foi considerado formal o ocupado / empregado com carteira de trabalho assinada, funcionário público estatutário ou pessoa ocupada em outra situação, desde que contribuindo para a Previdência Social.

Na amostra 2005-2007, entretanto, as porcentagens já são quase idênticas: 42,6% e 42%, respectivamente. Note-se, também, que a presença da informalidade na população do ECH é ainda menor – 39,7% dos ocupados nesse último período.

A queda das taxas de desemprego e de informalidade no Centro Antigo são fatos positivos. Mas são indicadores de certo dinamismo da economia da região? Dito de outro modo, é significativa a proporção de residentes no CAS que trabalham no Centro Histórico ou no seu Entorno? A PED não pode responder a essa questão, mas trata-se de uma hipótese bastante aceitável⁸.

Maior presença de funcionários públicos e microempresários

Como o gráfico 9 mostra, a população residente do Centro Antigo se caracteriza, do ponto de vista da posição na ocupação, por uma maior presença de assalariados do setor público e empregadores e por uma menor participação de empregados domésticos.

Uma menor proporção de empregados domésticos se deve à menor presença da classe média alta no Centro Antigo. Sabe-se, com base na PED, que o emprego doméstico em Salvador se concentra nas regiões administrativas mais ricas: Barra e Pituba/Costa Azul.

A significativa presença de funcionários públicos – 21,2% dos ocupados contra 13,3% no conjunto da cidade – confirma a permanência da função administrativa do Centro Antigo, não apenas como sítio principal da Prefeitura, mas também como localização de várias entidades do Governo do Estado e do Poder judiciário. Os dados também sugerem que a convergência das funções de moradia, de administração pública e de comércio, que formatou a centralidade anterior ao processo de modernização do município, ainda persiste, muito embora não se possa aferir, com base na PED–RMS, se a totalidade desses servidores públicos trabalha na área central. Tudo leva a crer que os ainda populosos bairros tipicamente residenciais do Entorno do Centro Histórico – como Barbalho, Macaúbas, Barris, Nazaré –, característicos da moradia do funcionalismo público tradicional, assim se mantêm: neles, a proporção de assalariados públicos chega a 22% dos ocupados.

A maior presença relativa de empregadores residentes no CAS deve estar associada à forte presença de pequenos negócios na região. Essa correlação parece atestada por pesquisa realizada pelo SEBRAE no Centro Histórico, em abril de 2008.⁹ De acordo com essa fonte, 85% das empresas pesquisadas ocupavam, no máximo, duas pessoas; 30,5% eram informais (quanto à natureza jurídica) e 58,2% tinham faturamento bruto de até R\$ 60.000,00 por ano. A Sondagem de Ocupação no Centro Histórico, realizada pela SEI/SEPLAN/UFBA, confirma esses dados, revelando que 48,8% dos moradores do Centro Antigo que trabalham no CHS operavam como autônomos ou por conta própria, estes últimos trabalhando para o setor público e para a iniciativa privada¹⁰.

GRÁFICO 9



⁸ Ver, por exemplo, o já citado texto de GOTTSCHELL, SANTANA e ROCHA, Perfil dos Moradores do Centro Tradicional de Salvador à Luz do Censo 2000, in GOTTSCHELL, Carlota e SANTANA, Mariely Cabral de, *op. cit.*.

⁹ Censo Empresarial do Centro Histórico da Cidade de Salvador – Bahia. Relatório preliminar em 1ª versão. SEBRAE, março / 2008.

¹⁰ Ver GOTTSCHELL, Carlota e SANTOS, Rodrigo, Sondagem da Ocupação Indica a Necessidade de Ações no Centro Histórico de Salvador, in GOTTSCHELL, Carlota e SANTANA, Mariely Cabral de, *op. cit.*.

A tabela 1, que mostra a distribuição da ocupação por subsetores, permite uma análise mais fina da inserção econômica da população do Centro Antigo.

Como seria de esperar, ela é ainda mais “terciária” do que a população de Salvador. 90,6% dos moradores trabalham nos serviços (74,6%) ou no comércio (16,0%).

Um dado significativo, que reflete modernização: há forte expansão das ocupações nos serviços empresariais (especializados e auxiliares) e nos serviços de comunicação e diversão. Registre-se ainda o crescimento do emprego no serviço público e o peso significativo, ainda que estável, da ocupação em serviços de educação e saúde.

Apesar das informações sobre o setor de ocupação não revelarem qual a proporção de residentes do Centro Antigo que trabalham na região onde moram, é possível inferir que essa área da cidade não se descolou do conjunto da metrópole, pois tem se beneficiado do crescimento de novos serviços (*call centers*, faculdades), enquanto sustenta suas vocações tradicionais em diversos segmentos, como educação de segundo grau, escritórios de contabilidade e advocacia, serviços financeiros e administração pública. A exceção fica por conta da menor importância do emprego nos serviços de saúde, uma provável consequência da migração desse ramo para o novo eixo da cidade.



TABELA 1

Setores e subsetores	Ocupação dos residentes por subsetor Salvador e Centro Histórico (%)					
	Salvador		Centro Antigo		Centro Antigo Δ% 1997-2007	Salvador Δ%**** 1997-2007
	97-99	05/07	97-99	05/07		
Indústria de transformação	7,9	8	5,6	6,1	7,84	1,7
Construção civil	4,9	4,6	2,1	2	-6,72	-7,95
Comércio de mercadorias	17,4	16,9	17,5	16	-9,4	-3
Serviços	68,4	69,4	73,3	74,6	1,78	1,49
Adm. pública, polícia e Forças Armadas	7,5	8,2	9,5	11,3	16,47	9,01
Educação	7,8	7,2	10,7	10,6	-1,08	-7,74
Serviços especializados	3,8	4,7	5,7	7,1	19,23	18,4
Serviços de alimentação	7,1	6,5	6,9	6,4	-7,8	-8,61
Serviços domésticos	10,8	9,4	9,9	6,1	-61,03	-14,76
Saúde	5,1	5,8	5,9	5,8	-2,56	12,26
Serviços de comunicação e diversão*	2,7	3,4	3,6	4,9	27,15	21,47
Serviços Auxiliares	3,1	3,5	3,8	4,1	7,73	9,83
Outros Serviços**	20,5	20,7	17,3	18,3	5,18	0,72
Outras Atividades***	1,5	1,2	1,4	1,3	-13,61	-26,45
Total	100	100	100	100		

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

* Inclui rádio e teledifusão e entidades carnavalescas.

** Inclui serviços creditícios e financeiros, serviços comunitários, serviços pessoais, transporte e armazenagem, serviços de limpeza, vigilância e oficinas, serviços de utilidade pública, oficinas de reparação mecânica, outros serviços de reparação, hotéis, pensões e alojamentos, administração e comércio de imóveis.

*** Inclui pesca e agricultura e atividades mal definidas.

**** Δ% = variação percentual.

Renda pessoal maior e em recuperação

O perfil da população residente, notadamente sua maior escolaridade, e sua posição ocupacional no mercado de trabalho refletem-se no quadro de renda do território. Observa-se que a renda mediana real dos ocupados residentes no CAS e, sobretudo, no seu Entorno é mais elevada que a renda mediana da população de Salvador (gráfico 10)¹¹.

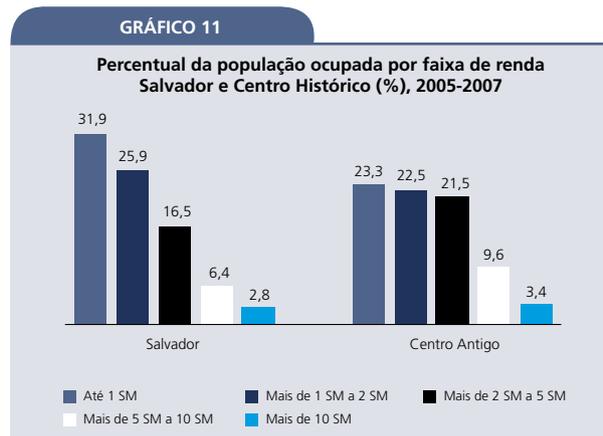
A renda além de mais elevada no CAS e no seu Entorno, voltou a subir desde 2006, acompanhando a evolução dos rendimentos da população do conjunto da cidade. A recuperação dos rendimentos, iniciada muito recentemente, e que vem ocorrendo em todo o país, deve ser comemorada com reservas em uma metrópole como Salvador. Os dados revelam que a renda mensal de pelo menos metade dos ocupados atingia pouco mais de um salário mínimo em 2007. Nesse aspecto, destaca-se a posição mais favorável do CHS e, principalmente do seu Entorno, onde o rendimento mediano mensal dos ocupados atingia quase dois salários mínimos ou uma vez e meia a mediana de Salvador.

A distribuição dos ocupados por faixas de renda (gráfico 11) também evidencia uma situação mais favorável dos moradores do CAS em relação à população de Salvador, ou seja, um percentual menor de ocupados ganhando até um salário mínimo, a presença de uma proporção maior de residentes nas faixas intermediárias de renda e a confirmação do peso local da classe média.

A despeito, portanto, de abrigar pequenos contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, que se concentram em alguns poucos pontos, o Centro Antigo de Salvador apresenta um quadro econômico e social bem melhor do que a realidade média da cidade. Isso se deve, de um lado, ao agravamento das condições de vida no “miolo” e no subúrbio ferroviário, onde se concentram os verdadeiros bolsões de miséria da cidade; de outro, à capacidade de resistência que a Salvador tradicional tem mostrado.



Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.
*Valores em reais de junho de 2008. Cálculos SEкулT.



Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE. Cálculos SEкулT.

¹¹ A mediana, valor que divide ao meio uma amostra. Assim, dizer que a renda mediana em Salvador no ano de 2007 era de R\$ 531 significa dizer que metade da população ganhava menos que este valor por mês, enquanto a outra metade tinha rendimentos superiores.

EMPRESAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR



Carlota de Sousa Gottschall
Luciano Damasceno
Sandro Lobo

O Centro Antigo de Salvador (CAS), que abrange uma área de 7 km², continua sendo uma das regiões economicamente mais ativas de Salvador. Nas Avenidas Joana Angélica e Sete de Setembro, áreas tradicionalmente voltadas ao comércio e à prestação de serviços diversos, se observa que o dinamismo se sustenta basicamente pelo consumo em grande escala do público de classe média e classe média baixa. Lojas de confecções, artigos populares, moda feminina e masculina, eletrodomésticos, cosméticos, produtos e acessórios para residência, sapatarias, livrarias, papelarias, escolas, bibliotecas e escritórios de serviços especializados garantem a constante efervescência de público naquela região.

A proximidade da Estação da Lapa, maior estação de transbordo da capital baiana, por onde passam diariamente cerca de 460 mil pessoas vindas de todas as zonas da cidade e dos principais municípios da Região Metropolitana de Salvador é, certamente, um dos principais sustentáculos dessas atividades econômicas. Nos últimos 25 anos, a sua localização no Centro Antigo serviu de principal âncora para a circulação de pessoas e manutenção de empresas nesse território tradicional da cidade.

Empreendimentos diversos como os cursinhos pré-vestibular, clínicas médicas, escritórios de profissionais liberais, principalmente de advogados e contadores, além dos shoppings centers, como Center Lapa e Piedade, se beneficiam e alimentam esse processo. Somente o Center Lapa garante a circulação de cerca de 50 mil pessoas/dia. Já o Piedade, diretamente acoplado ao terminal de transportes e usado como via de acesso, tem uma circulação estimada de 85 mil pessoas/dia, de acordo com dados divulgados pelas próprias empresas. Outros equipamentos, como o Fórum Rui Barbosa, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, a Biblioteca Central dos Barris, a Câmara dos Vereadores, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Gabinete Português de Leitura, ou ainda, os hospitais de grande porte, a exemplo de Santa Isabel e Santa Luzia, em Nazaré sem falar nos diversos templos das igrejas católicas.

cas, são importantes pontos de atração de pessoas para esta região da capital.

Também, vale destacar, o papel do comércio informal nesse contexto. Este tipo de negócio está, sobretudo, localizado na Rua do Coqueiro, entre a OAB-BA e o shopping Center Lapa, ou ainda, nas vias de conexão entre as avenidas Joana Angélica e Sete de Setembro. Outros pontos importantes são as áreas da Barroquinha e da ladeira de São Bento, no Centro Histórico de Salvador – CHS, área central do CAS tombada pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que dentre outras funções, abriga diversos tipos de empreendimentos destinados ao turismo e ao entretenimento.

Buscando quantificar e qualificar as empresas da poligonal tombada, o Sebrae-BA¹, coordenou uma pesquisa denominada *Censo Empresarial do Centro Histórico da Cidade de Salvador*, realizada em março de 2008, e revelou dados interessantes a respeito do perfil das empresas localizadas neste espaço patrimonial.

Estudos econômicos revelam que, em Salvador, historicamente, a maioria das empresas comerciais tem em média 5 (cinco) anos de vida. A ausência de pesquisas de mercado que orientem o funcionamento desses estabelecimentos, hierarquizando demandas e ofertas, e a falta de investimentos em comunicação são alguns dos fatores que podem ser citados para explicar essa rotatividade. No CHS, entretanto, 55,2% das empresas superam esta média, e 34% delas têm mais de 10 (dez) anos de fundadas – ou seja, nessa região as lojas apresentam maior estabilidade que a média registrada na capital, sobretudo no Pelourinho, onde esse dado é ainda mais significativo: 61,3% destas empresas têm mais de 5 (cinco) anos de existência.

No bairro do Santo Antônio, observa-se que o dinamismo econômico é mais recente. Do total das



¹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia.

empresas entrevistadas, 22,3% surgiram no último ano. Esse *boom* é positivo também para os empresários que estão ali há mais tempo, como opina Ronaldo Camargo, 55 anos, que mantém há 12 anos o restaurante Al Carmo, especializado em comida italiana, dando emprego a quatro funcionários – na alta estação, o número de ocupados chega a dobrar. “É bom que haja mais concorrência, mais gente circulando no bairro. O baiano não tem mais costume de vir ao Pelourinho, ao Carmo; a classe A soteropolitana prefere ir para a Pituba... Mas acho que haverá uma mudança já, já”, aposta. O empresário diz que em determinadas épocas do ano, mais especificamente em maio e junho, usa mídia televisiva para divulgar a sua empresa e acredita que, além de ações de segurança pública, é preciso que os próprios empresários invistam em qualidade. “Precisamos de mais lugares abertos, com bom serviço, boa comida, com um horário que se mantenha de fato. Desde que abri o restaurante, funcionamos até 11h30 à meia-noite, e no final de semana eu estendo o horário um pouco mais”, garante o empresário, que também acabou fazendo do Santo Antônio o lugar de sua morada em Salvador.

De certo, observa-se que os principais setores empresariais instalados no CHS são de comércio (38,7%), serviço de alojamento e alimentação (18,7%), escritórios de serviços especializados de advocacia, contabilidade e publicidade (9,9%), entre outros. No comércio, lideram as empresas de confecções, bijuterias, souvenirs e artesanato (11,5%), seguidas do setor de eletroeletrônicos e material fotográfico (4,2%). Os negócios de venda de objetos de arte e de antiguidades representam 2,3% das atividades. Também se registra a presença de produtores de artigos de vestuário (2,1%) e de joalheria e bijuterias (1,6%). De alguns anos para cá, a região passou a abrigar alguns espaços voltados para entretenimento, com boa resposta de público, como espaço Zauber, situado na ladeira da Misericórdia e com perfil mais moderno, apostando na música eletrônica e no rock, e o Sankoffa, no Pelourinho, conhecido pelas noitadas

de música latina e africana, atraindo tanto os turistas estrangeiros quanto o público local.

Do ponto de vista territorial, o Censo/Sebrae aponta que entre o São Bento e a Praça Municipal concentram-se as atividades de comércio (28,4%) e serviços especializados (22,1%), com destaque para os escritórios de advocacia e contabilidade (18,3%). No Pelourinho, a evidência maior é para o comércio (49,2%), sobretudo de vestuário e eletroeletrônico (17,7%) e turístico, basicamente souvenir e artesanato (8,2%). No Santo Antônio/Carmo, predominam os serviços de alojamento e alimentação (42%), principalmente hotéis e pousadas (16,1%) e restaurantes e bares (18,7%).

A referida pesquisa também avaliou o porte das empresas instaladas no CHS. A maior parte delas (78,8%) declararam ter até 5 (cinco) pessoas ocupadas, incluindo o proprietário, o que caracteriza esses empreendimentos como microempresas. Grande parte das empresas (64,2%) tem faturamento de até R\$ 10 mil por mês, sendo estas mais comumente encontradas na região do Santo Antônio (68%) e São Bento e Ladeira da Praça (66,8%). No Santo Antônio também está o maior o número de empresas com faturamento superior a R\$ 50 mil mensais, os hotéis de grande e médio porte provavelmente estão inclusos nesta amostragem.

Um dos exemplos de sucesso no CHS é o restaurante Maria Mata Mouro, que completa 13 anos em dezembro deste ano e está entre os mais elegantes e bem frequentados estabelecimentos de Salvador. O proprietário, Milton Roselli, 61 anos, radicado na Bahia há três décadas, mantém a opção de permanecer no Pelourinho, a despeito das transformações experimentadas na região nos últimos anos. O segredo para manter seu seletivo público é não abrir mão do cardápio requintado e da qualidade do atendimento e trabalhar prioritariamente com reservas e com o trade turístico. “Recebemos muita gente de Sauípe, trabalhamos com recepção de hotéis e temos boa divulgação em São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal,

desde que a TAP lançou vôos Lisboa/Salvador, entre outros países europeus, por conta da divulgação boca a boca. Temos clientes que vêm de outros Estados apenas passar o final de semana na Bahia e acabam sendo indicados para conhecer o Maria Mata Mouro. O baiano de maior poder aquisitivo, que pode consumir, não vem

ao Pelourinho, reclama de dificuldades para estacionar e tal. Eu estou aqui há anos e nunca tive dificuldade nos estacionamentos, que é uma das principais queixas, dizem que preferem ir a lugares onde podem estacionar na porta ou entregar seu veículo a algum manobrista, sem saber se vai tê-lo de volta”, ironiza Roselli.



INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR



Sandro Lobo

Conforme mencionado anteriormente, o Centro Tradicional continua sendo uma das regiões mais dinâmicas de Salvador, mesmo frente à consolidação da macrorregião da Pituba como principal centro de negócios da capital. Prova disso é o processo de valorização imobiliária por que vem passando o bairro do Santo Antônio, especialmente após a instalação do Convento do Carmo Hotel, com seus 79 apartamentos de luxo, entre outros empreendimentos hoteleiros. Ou ainda, a expectativa de que o Comércio passe a abrigar grandes hotéis, restaurantes, *call centers* e outras empresas do setor terciário. O certo é que uma parcela de investidores baianos e estrangeiros tem se deixado atrair pelas políticas de incentivos fiscais destinadas a essa região e pela expectativa de que o Centro Antigo de Salvador (CAS) experimente uma sustentabilidade socioeconômica inédita.

A engenharia para a atração desses investimentos inclui uma política séria e articulada de incentivos fiscais, como a redução do ISS – Imposto Sobre Serviços de 5% para 2% (o que, na prática representa um desconto de 60% do valor devido originalmente); e a isenção total do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e do ITIV – Imposto sobre a Transferência Intervivos (pago quando se adquire qualquer propriedade) para todas as empresas prestadoras de serviços. Vale destacar que esses benefícios fiscais não incluem as empresas comerciais.

Essa estratégia de atração de negócios inclui, também, a fixação de moradores na região; adaptações na legislação do uso e ocupação do solo; melhoria da acessibilidade, circulação e estacionamento de veículos, e reengenharia do sistema de transporte coletivo; benfeitorias ou adequação de serviços públicos (drenagem, iluminação, saneamento, pavimentação etc); valorização da paisagem urbana e dos pontos de interesse turístico; preservação dos prédios ou monumentos de interesse histórico ou cultural e recuperação de prédios deteriorados, entre outros.

Nos últimos anos, de acordo com dados do Escritório de Revitalização do Comércio, pelo menos 2 mil escritó-

rios foram reabertos na região. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT, 39 varas), que para lá se mudou há três anos, responde pela circulação de cerca de 10 mil pessoas por dia, entre advogados, juizes, reclamantes e reclamados, além dos servidores. Essas atividades, juntamente com os serviços privados, vêm movimentando a economia da antiga área portuária e financeira da capital.

As quatro faculdades, que congregam 6,5 mil alunos, e os quinze *call centers*, entre eles alguns de porte nacional, são os segmentos mais expressivos instalados nessa região. Para citar, apenas o da Comtax emprega 4 mil jovens universitários em um único prédio localizado entre as ruas Pinto Martins e a Portugal. Nos últimos anos, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Salvador, 13 mil empregos foram criados nessa área.

As recentes modificações no perfil dos negócios têm forçado o empresariado mais antigo a se modernizar para manter sua competitividade, tanto em nível de atendimento, quanto no investimento em novas tecnologias. “É preciso que essas empresas procurem o Sebrae-BA ou o Banco do Nordeste e venham para o Século 21”, explica Marcos Cidreira, responsável pelo Escritório de Revitalização do Comércio.

Mais hotéis, outro perfil empresarial

Três grandes grupos hoteleiros já têm data marcada para se instalar no Comércio, voltados para atender um público de elevado poder aquisitivo: o Hilton (que implantará dois estilos diferenciados de hotel, um colonial e outro moderno), o Txai (que ocupará toda a região da Avenida Contorno, envolvendo a Bahia Marina) e a rede de hotelaria mais sofisticada do Brasil, o Fasano, que adquiriu recentemente o prédio do Trapiche Adelaide e Eventos.

Destes três novos empreendimentos, um dos que mais chama atenção é o Txai Salvador Hotel & Residence, que engloba um luxuoso hotel e um condomínio residencial. Este empreendimento será instalado numa

área que abrange 9 mil metros quadrados em uma das áreas mais privilegiadas do Centro Antigo, o Largo Dois de Julho, com vista para a Avenida Contorno e a Baía de Todos os Santos. Com orçamento total previsto de R\$ 46 milhões, o Txai Salvador terá 40 apartamentos e cinco casarões antigos, que serão restaurados, sendo preservadas as suas fachadas em azulejo e volumetria (largura e altura) dos imóveis.

Mas o CAS não tem atraído tão somente grandes empreendimentos como os acima citados. De menor porte, embora não menos sofisticado, o Villa Bahia se instalou no Largo do Cruzeiro de São Francisco, no coração do Pelourinho. O hotel pertence a um grupo francês que administra a segunda maior operadora de turismo da França, especializada em viagens personalizadas. Sua clientela, quase sempre europeia, é de alto poder aquisitivo e fiel à procura de hotéis de charme, que ofereçam excelentes serviços e estejam localizados em ambiente de elevado teor cultural.

“A ideia foi e continua sendo fazer de Salvador um destino em si, e não apenas uma etapa dentro de um roteiro no Brasil. Continuo acreditando que o Centro Histórico é o melhor local para investir no turismo, gerando um potencial de recursos para toda a cidade”, afirma Bruno Guignard, gestor do Villa Bahia. Formado em marketing turístico na França e especializado no turismo na América do Sul com mais de 25 anos de experiência na área, ele afirma ter certeza absoluta de que o futuro do turismo em Salvador passa por ali. “Não adianta pensar que uma outra área da cidade poderia substituir este local, sem o Centro Histórico nunca haverá turismo de qualidade em Salvador”, sentencia.

“No ano passado, fomos contatados pela tradicional associação francesa *Relais & Châteaux* para integrar a selecionada lista de estabelecimentos recomendados por eles, são apenas três no Brasil e nenhum na Bahia. Isto seria para começar em 2009, mas, por incrível que pareça, estou postergando essa participação, acho que no momento a

área não está preparada para receber esse tipo de público”, desabafa Guignard.

Novo terminal marítimo com receptivo

Outro fator que deve contribuir para dinamizar o setor turístico é a construção do novo terminal marítimo de passageiros, na área de receptivos. De acordo com o Escritório de Revitalização do Comércio, está confirmada pelo Conselho de Autoridade Portuária a liberação do Armazém 1 do Porto de Salvador. “O porto atual não tem um receptivo à altura. São 110 navios aproximadamente que aportam e/ou atracam entre novembro e março de cada ano, ou seja, no verão. Isso representa cerca de 300 mil passageiros e tripulantes que descem na cidade. Até então, mais da metade deles se decepiona com o que encontra e retorna, ou se assusta com a recepção, com o oferecimento de transporte clandestino... É constrangedor”, afirma Marcos Cidreira, que vem cuidando das articulações para a inauguração do novo terminal.

O projeto do novo equipamento prevê a instalação de bar, restaurante, cafeteria, ponto de internet e quatro portões de saída que já vão desaguar praticamente no Mercado Modelo e no Elevador Lacerda, dois dos principais cartões-postais de Salvador.

O receptivo do terminal marítimo, provavelmente irá beneficiar os equipamentos existentes, a exemplo do tradicional Camafeu de Oxossi, instalado há mais de quatro décadas no Mercado Modelo. O proprietário dá a receita para se manter como empreendimento consolidado nessa zona da cidade. “No nosso cardápio está escrito que aqui, no Camafeu, o inverossímil acontece; quem entra cliente, sai como amigo. Outro princípio que norteia o nosso trabalho é que o que é para ser feito merece ser bem-feito”, ensina o português-baiano Rui Mendes, 82 anos, ciente da importância do atendimento e da qualidade no serviço prestado como forma de vencer a competição.

Carlinhos Brown e o Museu Du Ritmo, opção cultural

Desde o dia 2 de fevereiro do ano passado, o Comércio ganhou um forte atrativo com a inauguração do Museu do Ritmo, misto de museu, galeria de arte e casa de espetáculos que funciona no prédio do antigo Mercado do Ouro. A iniciativa foi do cantor e compositor Carlinhos Brown. Nos planos do artista, o Museu do Ritmo vai abrigar também restaurante e escola de inclusão digital.

O antigo Mercado do Ouro foi construído em 1879, pela Companhia Edificadora do Pilar, e adquirido, em 1910, pelo comerciante Francisco Amado da Silva Bahia, que deu continuidade à vocação comercial do espaço: mercado, celeiro, açougue e afins, quando teve o seu apogeu. A partir da década de 1970 começou a sua fase de decadência.

“A ideia foi justamente resgatar a importância cultural e histórica do espaço que já foi tão importante para a cidade. Ao mesmo tempo, oferecer uma opção diferenciada de entretenimento para a população de Salvador e dar oportunidade de desenvolvimento para as comunidades locais”, explica Carlinhos Brown. “A cidade precisa crescer para outros pontos e o Comércio é um deles. Acredito numa gestão participativa, com envolvimento da comunidade para que ela possa ajudar a decidir de que maneira acontecerá esse desenvolvimento, para que seja o melhor para todos”, acrescenta o artista.

Investimentos públicos no CAS

No contexto de ações destinadas à reabilitação do CAS, o governo do Estado já assinou ordens de serviço para o início das obras de recuperação de quatro monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Centro Histórico: Palácio Rio Branco, Igreja e Cemitério do Pilar (Santa Luzia), Casa das Sete Mortes e Igreja Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, somando um total de R\$ 15,4 milhões, recur-

os viabilizados pela Secretaria de Turismo do Estado, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur II), através do Ministério do Turismo.

O Tesouro Estadual também investiu R\$ 1,5 milhão para a recuperação do Palácio da Aclamação, prédio tombado provisoriamente pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), cuja reforma deve estar concluída ainda em 2008.

Estão previstas obras de habitação, infraestrutura, recuperação e manutenção de imóveis e monumentos, algumas já em execução, com prazo de conclusão para 2010, somando um montante total de R\$ 230 milhões.

O Pró-Moradia, o Programa Habitacional de Interesse Social (PHIS) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverão viabilizar a entrega de 822 novas unidades habitacionais localizadas no Centro Histórico. A exemplo da reurbanização da Vila Nova Esperança, onde serão investidos R\$ 6,5 milhões na construção de 66 unidades habitacionais, equipamentos comunitários como horta, cozinha e espaço multimídia, numa parceria apoiada pela iniciativa privada.

Também se encontram em processo de execução as obras de requalificação de imóveis destinados para uso misto – moradia para servidores públicos e atividades comerciais – com recursos oriundos do Ministério da Cultura (Minc), através do Programa Monumenta e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), pelo Programa Rememorar; o projeto de iluminação pública e de iluminação adequada de 25 monumentos, de forma a valorizar a arquitetura e edificações históricas.

O projeto de manutenção dos imóveis do Centro Antigo consiste na reurbanização de largos e praças, pintura, recuperação das fachadas da Baixa dos Sapateiros e conservação dos imóveis de propriedade do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac. “Na Baixa dos Sapateiros, existe um tesouro escondido atrás dos revestimentos das fachadas comerciais. São casarões do século XIX, que se constituem jóias da nossa paisagem urbana”, afirma

Beatriz Lima, coordenadora do Escritório de Referência do Centro Antigo. Também está previsto a requalificação das ladeiras da Montanha, da Preguiça e Gravatá, assim como da Feira de São Joaquim e do cais da Baiana.

“Ao final do Plano de Reabilitação, teremos um programa de investimentos ainda mais focado nas reais demandas do Centro Antigo. Nosso grande desafio é conciliar todos os interesses para a sustentabilidade econômica do Centro Antigo de Salvador”, afirma Beatriz Lima.



CENTRALIDADE ÉTNICA DA MANCHA MATRIZ DE SALVADOR



Paulo Ormino de Azevedo

Uma centralidade marítima e territorial

O centro e o porto de Salvador consolidaram, desde sua fundação, em meados do século XVI, uma centralidade que não delimitava a mancha urbanizada da cidade, senão que se estendia por uma vasta área insular e costeira da Baía de Todos-os-Santos, o Recôncavo. A baía, ao invés de separar, ligava a cidade às ilhas, aos engenhos e às vilas isoladas, onde se produzia a riqueza que era exportada por seu porto para Portugal, África e Índia. A centralidade de Salvador ia até as vilas situadas no limite de navegação dos rios que desaguam na baía, como Santo Amaro da Purificação dos engenhos, no Subaé; Cachoeira, no Paraguaçu, da produção fumageira e Nazaré das Farinhas, no Jaguaripe, que além deste produto fornecia utensílios cerâmicos e materiais de construção.

Destes portos fluviais partiam em uma direção as tropas de mulas que se adentravam no interior da província levando produtos importados como tecidos, ferramentas, louças e especiarias e trazendo, açúcar, tabaco, couro, salitre e, mais tarde, ouro e diamantes. Deles mesmos partiam, em outra direção, saveiros, lanchas e canoas, que traziam esses produtos ao porto de Salvador, onde a frota da coroa os levava a Lisboa, ao Golfo do Benin e à Índia, de onde voltava carregada de manufaturados, escravos, tecidos e especiarias.

Além desses produtos de exportação, vinham do Recôncavo outros de consumo local, como farinha de mandioca, beijos, peixes, mariscos, aves e frutas e materiais como tijolos, telhas, areia, cal e caibros que eram comercializados em uma série de feiras situadas na Cidade Baixa, como a da Preguiça, Água de Meninos, São Joaquim e, mais tarde, a Rampa do Mercado. Este intercâmbio não era apenas de produtos, incluía também pessoas, como senhores de engenho, comerciantes, feirantes, capoeiristas, violeiros, repentistas e poetas de cordel que levavam e traziam notícias. As populações que viviam isoladas em ilhas, vilas e engenhos do Recôncavo só se relacionavam nos portos, feiras, tabernas e prostíbulos da Cidade Baixa.

A partir do século XIX, os senhores de engenho viviam parte do tempo nos seus engenhos do Recôncavo e parte no sobrado da família, em São Bento, Sé, Pelourinho e Carmo, na capital, onde os filhos estudavam.

Essa rede de vilas, que vivia do transbordo de cargas em seus portos fluviais, começa a se deteriorar e dissolver com a chegada das primeiras ferrovias, na segunda metade do século XIX, e rodovias, e início do século passado, que traziam os produtos do sertão diretamente ao porto de Salvador. O Centro Antigo de Salvador perde, assim, grande parte de seu controle sobre a Baía de Todos-os-Santos e seu Recôncavo.

A deterioração do centro antigo

O Centro Histórico de Salvador foi até o final do século XIX o local de residência da população mais abastada da cidade: autoridades, clérigos e senhores de engenho. Com a mudança do eixo econômico e político do país, a Independência de Portugal, e a crise da agroindústria açucareira, especialmente na segunda metade do século XIX, esta aristocracia rural, muito ligada aos interesses reinóis e da agroindústria açucareira, começa a declinar.

Uma nova classe de comerciantes urbanos, muitos deles europeus, vai se formando com a abertura dos portos brasileiros ao mundo, ordenada por D. João VI sob pressão inglesa, em 1808, quando de sua passagem pela Bahia a caminho do Rio de Janeiro, diante de uma iminente invasão napoleônica a Portugal. Essa nova classe urbana, muito ligada à Europa continental, tinha valores e comportamentos muito diversos daquela aristocracia rural, inclusive no que se refere à moradia.

Por outro lado, a implantação de serviços de bondes, originalmente puxados a burros, viabilizaria a criação de novos bairros ao sul, na direção das praias, para esta nova classe, como o Campo Grande, o Canela, a Vitória e a Graça, onde surgiram viletas em meio a amplos jardins. Este processo se acentua com a reforma urbana do Gover-

nador J. J. Seabra, no período de 1912-16, cuja infraestruturação e modernização urbana só contemplaria a banda sul da cidade, excluindo metade do centro histórico (Sampaio, 1999).

A parte norte da cidade, aquela onde se encontra os bairros da Sé, Carmo, Santo Antonio Além do Carmo, Barbalho e Soledade, conservaria sua integridade física, mas perderia competitividade com relação à parte modernizada, sofrendo um progressivo esvaziamento social e econômico. O vácuo deixado pelo empobrecimento e migração da velha classe seria preenchido por imigrantes portugueses, espanhóis e árabes, por pessoas do interior que se transferiam para a capital, por viajantes e estudantes que viviam em pensões e por pequenos comércios, como açougues, vendas, bares e prestadores de serviços: carpinteiros, serralheiros, sapateiros, alfaiates, costureiras e barbeiros. Lentamente, aqueles sobrados vão sendo subdivididos e alugados a famílias de renda mais baixa, inclusive a ex-escravos alforriados ou libertados em 1888, transformando-se, progressivamente, em um bairro de cortiços ocupados por mestiços e negros.

Já bastante deteriorado, um delegado de polícia manda confinar, em 1932, no Maciel, quartelão vizinho ao Largo do Pelourinho, as prostitutas do porto e centro da cidade, atraindo marginais, drogados e marcando com o estigma da marginalidade e da violência a área (Mattos, 1978). Um inquérito social realizado em 1967 no Largo do Pelourinho revelou que 42% das mulheres eram prostitutas e 26% se declaravam domésticas. Entre os homens 24% eram comerciários e 11% faziam trabalhos eventuais, eram biscateiros (Fpacb, 1969). Estudo semelhante realizado no Maciel, em 1970, descobriu situação ainda mais grave. Da população feminina 57,6% eram prostitutas, 19% donas de casas, e 23,4 % eram trabalhadoras de varias profissões. Entre os homens 15,1% eram vendedores ambulantes (Espinheira, 1971). De qualquer maneira, é esta gente sofrida que conserva o Centro Histórico, quando não por razões culturais, por uma estratégia de sobrevivência no Centro Antigo, onde exercem suas atividades econômicas informais.

Centro antigo e identidade étnica

A presença das populações negra e mestiça no centro histórico é, também, muito antiga. A família patriarcal não se resumia ao núcleo biológico, incluía outros dependentes, inclusive escravos domésticos, como amas de leite e mucamas, muitas delas concubinas de seus senhores. Muitas sinhás tinham escravos de ganho e prostitutas para sua renda, que viviam em dependências da casa, ou em cortiços no fundo de suas residências. O sobrado patriarcal estava zoneado em altura. No térreo, a atividade de comércio ou serviço; no primeiro andar, os salões de visitas e de convivência familiar; no segundo andar, as alcovas da família e no sótão e águas furtadas, as dependências das mucamas e amas-de-leite escravas.

O primeiro candomblé que se tem notícia no Brasil estava localizado na Barroquinha, muito perto da porta sul da cidade, onde depois se construiu, entre 1722 e 1726, uma igreja com uma capela da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Bahia/Sict,1984). Este candomblé depois se transferiria para o Engenho Velho do Rio Vermelho de Baixo e passaria a ser conhecido como Ilê Axé Iyá Nassô, ou Casa Branca. Seus fundadores foram mulheres gêges-nagôs. Dele nasceram muitos outros terreiros de candomblé de Salvador. Do terreiro da Barroquinha saíria, também, o grupo que constituiu a Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira, no Recôncavo, irmandade de mulheres negras que hoje funciona na Capela de Ajuda daquela cidade e atrai um grande número de turistas negros norte-americanos que ali vão, em sua festa anual, conhecer melhor suas raízes.

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho seria aprovado em 1685 e a confraria funcionou, inicialmente, na Sé Catedral. Em 1704, é concedida autorização para construção de sua igreja, inaugurada em 1710. Essa igreja ficava junto à porta norte da cidade, ou de Santa Catharina, já desaparecida. A igreja de N. S. Rosário dos Pretos é o principal monumento do Largo do Pelourinho

(Bahia/Sict, 1984). Nessa igreja começou a funcionar, em 1718, a Freguesia do Passo, que mais tarde tentaria se apossar da mesma. Mas os pretos apelam para a Coroa, que lhes dá ganho de causa. A questão é definitivamente encerrada em 1736, quando se decide construir a igreja do Passo, situada mais ao norte, no bairro do Carmo.

Em 1864, a Irmandade de Bom Jesus dos Martírios, com sede na igreja do Rosário dos Pretos do Pelourinho, solicita que seja transferida para sua sede a imagem de sua devoção existente na igreja da Barroquinha. Sendo atendida pela arquidiocese, a irmandade do Pelourinho cresce, enquanto que a da Barroquinha míngua e é extinta. Na Cidade Baixa, onde estava localizado o porto, os trapiches, os estaleiros e as feiras, havia uma grande concentração de trabalhadores e moradores negros, que eram estivadores, carregadores, carpinteiros náuticos, marinheiros e pescadores, muitos deles provenientes do Recôncavo.

Esta identidade negra seria reforçada no final do século XIX e início do XX, quando o Centro Histórico recebeu o afluxo de populações mais pobres, entre os quais estavam muitos escravos libertos provenientes do Recôncavo, à medida que a população mais rica migrava para os novos bairros do sul da cidade. São exemplos desse fenômeno a instalação no Cruzeiro de São Francisco, em 1832, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada por um negro forro; a transferência do pequeno Mercado de Santa Bárbara, situado no Comércio, devido às obras de ampliação do porto, para a Baixa dos Sapateiros, com sua tradicional festa em louvor de Iansã; a fundação da Academia de Capoeira de Mestre Bimba, em 1932, e do Centro Esportivo de Capoeira Angola, do Mestre Pastinha, em 1941, ambos no Pelourinho.

Esta identidade étnica não é uma exclusividade do centro antigo de Salvador. Outras cidades americanas apresentam o mesmo fenômeno, como o Vieux Carré, ou French Quartier, de New Orleans, e El Carrillo, na cidade do Panamá, o bairro de madeira surgido durante a construção do canal, majoritariamente ocupado por negros.

As cidades andinas apresentam também o mesmo fenômeno, como se pode notar em Quito, na Lima Quadrada e no centro tradicional de outras cidades peruanas. Ali não são os negros, senão os índios e “cholos” os que ocupam o centro antigo. Pode-se, inclusive, falar de uma etinocidade da informalidade, com suas manifestações culturais próprias e específicas, que não é necessariamente uni-racial.

O centro dividido

O que se passou de forma tardia em Salvador, no início da década de 70, ou seja, uma grande reforma urbana para a criação de uma centralidade alternativa, ocorreu, ainda no final do século XIX, em muitas urbes da região, como Buenos Aires, com o Intendente Alvear, em 1887; Montevideu com seu “ensanche” de 1889; Cidade do México, com o Paseo de la Reforma; Havana com Centro Havana; San Juan de Porto Rico, com o Condado. Ainda na primeira décadas do século XX, o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, abre a Av. Central com igual inspiração. Mesmo sem uma reforma urbana dirigida, o fenômeno se repete de forma espontânea em Lima, com a formação do centro serviços de San Isidro/Miraflores, ou a Avenida Paulista, em São Paulo e a Avenida 10 de Agosto, em Quito.

Em 1986, estudando o caso de Salvador, levantei uma hipótese de explicação para a deterioração dos centros históricos latino-americanos (Azevedo, P., 1986). Partindo de estudos sobre a exclusão social em cidades do terceiro mundo, de autores como Milton Santos, Anibal Quijano e McGree, tentei analisar o que ocorria no centro tradicional dessas cidades. Esses autores procuram explicar a divisão das cidades do terceiro mundo em duas: uma rica, branca e com serviços modernos e outra informal, pobre, mestiça e sem infraestrutura.

Milton Santos explica essa divisão como resultante da existência de dois subsistemas da economia urbana: um circuito superior, formal e intensivo de capital, que englo-

ba o comércio de importação e exportação, a indústria e os serviços modernos controlados a nível nacional e internacional, e outro, inferior e informal, intensivo, de mão de obra pouco qualificada, constituído por atividades pré-industriais ou artesanais, pequeno comércio, ambulantes e prestação de serviços pessoais, tudo de âmbito local.

As populações de menor renda e qualificação não conseguem se inserir no circuito superior, mas podem sobreviver trabalhando informalmente e consumindo produtos de menor qualidade do circuito inferior. Como é compreensível, esta atividade produtiva utiliza insumos do circuito superior, pagando impostos embutidos nesses produtos. Este, por sua vez, utiliza o circuito inferior para recrutar mão-de-obra temporária e rebaixar os salários dos empregos formais. Assim, os dois circuitos se complementam, mas o inferior é dependente do superior e não goza de reconhecimento e apoio governamental. Em muitos casos, é reprimido, como o comércio ambulante e a construção nas favelas.

A população ligada ao circuito inferior, ainda quando vive na periferia, exerce suas atividades econômicas em locais de grande circulação de pedestres, pois a forma de comercialização de seus produtos e serviços é o contato primário, pessoal. Assim, este setor se apropriou dos espaços públicos dos centros históricos, onde permanecem os terminais de transporte, mercados, serviços assistenciais e repartições governamentais, à medida que os primitivos moradores se deslocavam para loteamentos periféricos chics ou apartamentos em bairros mais recentes.

As atividades econômicas do circuito superior necessitando de maiores áreas e facilidades de circulação e estacionamento criaram centros alternativos, na linha do que os sociólogos norte americanos chamam de central *business district*, centros de coordenação de atividades descentralizadas, dentre as quais estão as do circuito inferior. São áreas sem espaços de sociabilidade, nem valores simbólicos, despovoados à noite e nos finais de semana, mas onde corre muito dinheiro. Geralmente este centro formal está próximo do centro antigo, formando uma

centralidade partida, como no caso do Rio de Janeiro, Recife, Cidade do México, Quito, Bogotá e Montevidéu. O caso de Salvador, como o de Lima, é um tanto raro, pois os dois centros estão afastados cerca de seis quilômetros.

O centro dividido é uma das características das cidades latino-americanas. Este processo começou na América Latina ainda no final do século XIX, com a instalação das primeiras fábricas, terminais ferroviários, linhas de bondes, e modernização dos velhos portos, mas ganhou muita velocidade após a II Grande Guerra, com expansão do capitalismo monopolista (Azevedo, P., 1990 e 2001).

Este fenômeno não ocorreu na Europa porque as sociedades locais não estavam divididas entre incluídos e excluídos. Por outro lado, os centros históricos europeus sofreram, quase sem exceção, reformas modernizadoras a partir da segunda metade do século XIX, para se adaptarem às exigências da era industrial, como os “ensanches” de Madrid e Barcelona, as reformas de Paris e Viena, que se rebateriam em Florença, Copenhague, Lubeca. Assim, esses centros históricos apresentam condições de circulação e habitabilidade muito superiores aos nossos centros coloniais, com suas ruas estreitas, infraestrutura deficiente e construções em adobe ou pau-a-pique. Pela sua centralidade, proximidade de bancos, teatros, museus, universidades e bibliotecas, viver num centro histórico europeu é um privilégio. Esta é a razão que explica sua “*gentlefication*”, ao contrário da pauperização dos nossos centros tradicionais.

A força dos movimentos negros

A política assistencialista do IPAC, durante a década de 1980, havia fortalecido o movimento negro que sempre esteve presente no Centro Histórico e mantinha uma grande identidade com a área. Esta identidade vinha desde século XVII, como vimos, com a criação do primeiro terreiro de candomblé na Barroquinha e a construção da igreja-sede da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho.

A esses grupos se somaria, em 1949, o Afomé Filhos de Gandhi, formado por estivadores do cais do porto. Este afomé era uma homenagem ao líder pacifista indiano, assassinado no ano anterior, que sentiu na própria pele a discriminação racial na África do Sul, onde viveu durante 22 anos, antes de retornar à sua pátria para promover sua independência. Na mesma linha é criado no Pelourinho, em 1979, um bloco carnavalesco que seria transformado, em 1984, no Grupo Cultural Olodum, em cuja nova sede passa, a partir de 1990, a desenvolver atividades culturais e educativas. Completaria o quadro, na década de 80, a instalação da Casa do Benin, no Taboão, do Museu Afro-Brasileiro, na antiga Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus e, na década seguinte, da Casa de Angola, na Baixa dos Sapateiros.

Não obstante o estado de arruinamento do centro histórico, no final da década de 1980, algumas atividades desenvolvidas por esses e outros grupos de afro-descendentes iriam atrair para a área uma grande população dos bairros vizinhos e da periferia norte da cidade. Podemos citar, entre outros eventos, a tradicional festa de Santa Bárbara, os ensaios da Banda do Olodum, nas terças-feiras à noite, a distribuição de pão, benção e feirinha organizada pelos frades do Convento de São Francisco, no Terreiro de Jesus. Esses eventos começaram a atrair outros grupos sociais para o bairro. Desenvolve-se, paralelamente, na cidade um movimento musical negro, que embora não se restringisse a ele, tinha seu foco no Pelourinho (Azevedo, P., 2007).

O movimento Axé Music tem origem em 1974 com o bloco carnavalesco Ilê Aiyê, do bairro do Curuzu, um dos maiores e mais populares da cidade, que buscava resgatar a identidade e a musicalidade negra com forte componente percussivo. O Ilê Aiyê reúne hoje 3.000 associados. Além do Ilê Aiyê e Olodum, o movimento compreendia também os blocos Ara Ketu, fundado em 1989 no subúrbio de Periperi, e a Timbalada de Carlinhos Brown, nascida na favela do Candéal, que desfilou pela primeira vez naquele mesmo ano. Este movimento

ganharia projeção nacional e internacional atraindo figuras como Jimmy Cliff, Paul Simon e Michael Jackson, que aqui fizeram gravações musicais e vídeos.

Embora sejam, basicamente, blocos carnavalescos e musicais, eles buscam reforçar a identidade afro-brasileira e mantêm ações sociais e culturais muito importantes em suas comunidades, como bandas mirins, grupos de teatro, atividades de extensão pedagógica e escola profissionalizante, com apoio do estado. De alguma forma, esses blocos desenvolvem, hoje, um papel semelhante ao que desempenhavam as irmandades e confrarias, durante o período colonial e século XIX.

Foi a reboque desse movimento que o Governo da Bahia deflagraria, a partir de 1992, o projeto equivocadamente de transformar o Pelourinho em um grande shopping center a céu aberto, com a exclusão da população local. Tal projeto se revelaria inviável e sem nenhuma sustentabilidade.



E por falar em requalificação...

A longa e tumultuada trajetória do Projeto Pelourinho confirma o equívoco de uma visão do Centro Antigo como um problema localizado, não sistêmico, que poderia ser resolvido pelo turismo cultural. O turismo, ainda que importante para a cidade, não rendeu dividendos à área, senão aos hotéis e restaurantes da orla marítima. Faltou, ao longo desses 40 anos de intervenção no Pelourinho, a compreensão da função central informal que a área desempenha, complementar ao centro do Iguatemi. Esta centralidade continua viva e não se restringe aos aspectos produtivos e sócio-econômicos, senão também aos aspectos simbólicos e de identidade étnica. A inclusão de habitações e comércio diversificado na 7ª etapa do Projeto Pelourinho é um avanço e o reconhecimento da falência do modelo anterior. Mas da forma como está sendo conduzido, dirigido a contingentes de populações estranhas ao centro tradicional, é um equívoco, como já ficou demonstrado com a ação promovida por moradores locais para permanecerem na área. Para que o Projeto possa ir adiante, a única saída é trabalhar com a informalidade, a inclusão social de seus trabalhadores e moradores e a introdução de novas funções, especialmente ligadas aos serviços, sem exclusão de um turismo mais integrado.

Isto não é um sonho, é o que está sendo feito no Centro Histórico de Quito, com a criação de grandes mercados informais, que tirou barraqueiros e ambulantes das ruas e os livrou da exploração dos fiscais da prefeitura, da polícia e das máfias que controlavam ruas e praças. No caso do Pelourinho, o Governo da Bahia tem o cacife de possuir um enorme "stock" imobiliário para deflagrar um grande projeto de inclusão social e diversificação de serviços no Centro Antigo da cidade.

CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: CENTRALIDADES EM DISPUTA E DESAFIOS À AÇÃO



Ana Fernandes

Fragmentação da Centralidade em Salvador

O centro tradicional de Salvador, ou o seu Centro Antigo, é o espaço de longa duração produzido e polarizado pelas atividades, lógicas e valores da cidade porto, da cidade administrativa e religiosa e da cidade terciária, do comércio e dos serviços. Imantado essencialmente pela região do Comércio/Calçada, na cidade baixa e pela Praça Municipal/Praça da Sé e Avenida Sete na cidade alta, esse centro viveu seu apogeu nos anos 60/70, desacelerando sua dinâmica a partir de então. Como disse Milton Santos, em 1959, “é a esse conjunto que os baianos chamam ‘A Cidade’, quando se referem à parte alta e ‘O Comércio’, quando falam da parte baixa do centro de Salvador. É aí que a vida urbana e regional encontra o seu cérebro e o seu coração¹”.

E a sua história, acrescentaríamos. Aí incrustado, num perímetro tombado pelo IPHAN e pela UNESCO, encontra-se um dos maiores e mais expressivos conjuntos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos do período colonial e do século XIX existentes no Brasil. O Pelourinho e suas adjacências são patrimônio da cidade, da nação e do mundo.

Essa centralidade, no entanto, perde vitalidade em função de um novo modelo de expansão urbana, advinda da mudança do padrão de crescimento de Salvador para uma lógica industrial-metropolitana. Referências obrigatórias são, além das taxas crescentes de crescimento demográfico, a instalação, nos anos 50, da Petrobras e da exploração de petróleo no Recôncavo baiano, a construção do Centro Industrial de Aratu nos anos 60, a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na década de 70 e, no início dos anos 2000, os investimentos vinculados à indústria automobilística, também em Camaçari. Essa nova lógica, construída ao longo de 40 anos, será marcada por diversas

¹ SANTOS, 1959, p. 16. Nessa clássica publicação, a área do centro se situa entre a baía de Todos os Santos, a Baixa dos Sapateiros e o início da subida da segunda cumeada, a Avenida Sete ao sul, até aproximadamente as Mercês, e o Além do Carmo, ao norte.

ações intra-urbanas que aceleram ainda mais o processo de perda de ritmo de crescimento da área central da cidade. A transferência de alguns equipamentos polarizadores para outros espaços, como a estação rodoviária ou as secretarias de governo, se vê acompanhada pela construção de uma nova frente de expansão urbana para a cidade. A implementação do Centro Administrativo da Bahia, congregando as diversas instâncias do governo estadual, a cerca de 16 km do centro tradicional, bem como de toda a infraestrutura, particularmente viária, necessária para dar acesso a ele, se combinou à privatização de uma enorme quantidade de terras públicas nessa região (cerca de 47 milhões de m², ou 4.700 hectares, foram incorporados ao mercado privado de terras, em 1968²), o que ofereceu ao mercado imobiliário matéria-prima e incentivo para sua atividade, em grande medida especulativa.

A reconcentração e a privatização do setor bancário nos anos 90 dizimaram os bancos regionais e alteraram de forma significativa a política de localização do setor. A tendência de perda de velocidade do centro antigo se ampliou, tendo atingido em cheio a região do Comércio, que vinha cumprindo a função de centro bancário até então. As alternativas de reprodução urbana para a área se viram ainda mais limitadas.

Instaura-se o crescimento do centro por fragmentação, com competição acirrada entre o novo centro, genericamente chamado de Iguatemi/Tancredo Neves, e o antigo centro de Salvador, a Cidade/Comércio.

Essa característica, no entanto, não é peculiar a Salvador. A centralidade nas metrópoles brasileiras e estrangeiras, em maior ou menor grau, há mais ou menos tempo, está também fragmentada, função de uma transformação acentuada dos modos de urbanização. Diminuição dos ritmos de crescimento demográfico, com distribuição da população sobre rede urbana ampliada e dispersa, embora regionalmente concentrada; realocação produtiva e esvaziamento de espaços produtivos e/ou infraestruturais de grande dimensão; esvaziamento de áreas centrais

dotadas de infraestrutura básica e de espaço público de qualidade; produção de obsolescência urbana precoce e de vazios construídos³, a partir da ação combinada de grandes capitais corporativo-financeiros na promoção fundiária-imobiliária urbana; exclusão de grande parte da população dos direitos de cidadania e de urbanidade: esses são elementos centrais dessa conjuntura urbana e urbanística nos países pobres.

A ação sobre os centros

A partir dos anos 90, várias cidades brasileiras, bem como Estados e a própria União, dedicaram-se à elaboração de estratégias de intervenção para os centros urbanos, o que se tornou progressivamente um dos pilares da política urbana desenvolvida no Brasil no período recente⁴.

Diversas dessas experiências têm sido profundamente marcadas por uma lógica neoliberal, guiadas pelos princípios do planejamento estratégico e da competição entre cidades no mercado internacional⁵. Em geral, essa política se ancora na execução ou na tentativa de implementação de programas e projetos fundados na reconquista de áreas restritas dos centros pelo capital corporativo e especulativo, pela gentrificação social e pela construção de horizontes simbólicos banalizados e midiáticos. A eles, com força crescente, sobrepõem-se estratégias vinculadas ao turismo, que instaura um excitado e voraz consumo da urbanidade, simétrico à velocidade dos tempos de consumo que podem ser dedicados pelo turista, que deixou de ser aprendiz, a cada cidade.

² Ver BRANDÃO, 1981, CARVALHO, 1991 e FERNANDES e GOMES, 1993.

³ Vazios construídos dizem respeito aos inúmeros espaços construídos, novos ou velhos, que estão vazios nas áreas centrais tradicionais ou mesmo nas áreas de expansão urbana, conforme têm demonstrado os últimos dados censitários no Brasil.

⁴ A questão dos centros nas cidades brasileiras comparece de forma destacada na política urbana, em seus diferentes níveis, em momentos distintos de sua história: na virada do XIX para o XX, em meados dos anos 50 e 60, e a partir dos anos 90. Para uma análise das políticas implementadas em três capitais brasileiras – Salvador, Rio e São Paulo – ver SANT’ANNA, 2004.

⁵ FERNANDES, 2006.

No entanto, os próprios embates sociais e políticos originados pela ação concentrada e excludente sobre o território têm levado a contraposições a essa rota hegemônica, complexificando as orientações de atuação e o próprio processo de transformação das áreas centrais.

Trata-se, portanto, de superar práticas simplistas, autoritárias e excludentes e de estabelecer políticas consistentes e guiadas por uma lógica menos coercitiva economicamente, mais atenta às complementaridades e paradoxos da dinâmica urbana e mais generosa e solidária do ponto de vista social. O direito à cidade, também em suas dimensões sócio-culturais e políticas, deve ser tomado como princípio fundamental de intervenção nas áreas centrais das cidades brasileiras⁶.

Três precisões sobre a centralidade

Antes de mais nada, três precisões.

Em primeiro lugar, a centralidade tradicional da metrópole contemporânea é mais ampla que seu núcleo matriz estrito, integrando um cordão de espaços que se desenvolveram diretamente articulados a ele e que com ele funcionam em estreita sintonia, apresentando condições muito similares de estrutura e de condições urbanas de reprodução. São espaços em geral de grande qualidade urbanística – de infraestrutura a equipamentos, de espaços públicos a transportes coletivos –, em processo de estabilização ou de esvaziamento demográfico, preenchidos por atividades de pequeno e médio porte, em geral de grande atratividade popular, e por uma estrutura de propriedade fundiária e imobiliária fragmentada, quando não concentrada em agentes tradicionalmente inertes em termos de gestão dessa propriedade: poder público (civil e militar), ordens religiosas ou cadeias sucessórias interrompidas, entre outros.

Em segundo lugar, essa centralidade tradicional não existe isoladamente: ela está estreitamente articulada à dinâmica urbana como um todo e à das outras centralidades em particular. O que acontece num lugar ressoa

no outro e o movimenta. Assim, importa perceber que a tendência de esvaziamento dos centros tradicionais está diretamente vinculada aos processos gerais de produção do espaço urbano. A oferta contínua e ilimitada de espaço novo, particularmente concentrada em novas centralidades, com forte caráter especulativo, desempenha um papel fundamental nessa perda de velocidade e de capacidade de reprodução. Não podemos entender a produção de centralidades – esvaziadas ou dinâmicas –, e nem intervir sobre elas, se esses dois processos não forem trabalhados em conjunto.

Por fim, mas não menos importante, as centralidades são, por definição, complexas, assim como o são suas relações com a cidade. Assim, em termos gerais, a centralidade pode ser entendida enquanto polarização da vida pública e do mundo comum e, portanto, constituinte da pólis, domínio da política. Em termos espaciais e de forma correlata, a centralidade pode ser entendida enquanto polarizações agudas da malha espacial e, portanto, constituinte nuclear do espaço público e do urbanismo⁷. Portanto, unisetorialidade, monofuncionalidade e exclusividade social e política, quaisquer que sejam elas, são incompatíveis com a própria ideia de centralidade.

É essa centralidade que precisa ser urgentemente resgatada por uma política pública consistente e comprometida com a vida da cidade por inteiro. É essa centralidade que pode dar respostas a alguns impasses da urbanização contemporânea que se faz sobre desperdício, especulação e privatização crescente do espaço público.

⁶ Desde a retomada explícita da construção de uma política urbana para o país – aqui considerado o marco da criação do Ministério das Cidades, em 2003 – atenção especial tem sido dada à elaboração de estratégias de intervenção em áreas centrais. Mesmo considerando as dificuldades e os desvios de rota dessa ação, “desde a sua criação, o Programa [de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais] busca coordenar as ações nos centros urbanos, subsidiando a elaboração de estratégias de intervenção, através do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação, a fim de construir uma cidade democrática e diversificada. Nesse sentido, as ações do Programa se voltam para as tradicionais centralidades de regiões metropolitanas que passaram por um processo gradual de esvaziamento de suas estruturas originais em decorrência das políticas econômicas e de expansão urbana adotadas no país ao longo dos últimos anos” in <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/historico/>, acessado em agosto de 2008.

⁷ FERNANDES, 2007a.

Esses podem ser considerados princípios que podem guiar a intervenção sobre o Centro Antigo de Salvador.

Os desafios colocados à ação sobre o Centro Antigo de Salvador

Requalificar, redinamizar e reabilitar esse Centro significa potencializar as suas possibilidades como centralidade metropolitana tradicional e popular; como centralidade de articulação com a Baía de Todos os Santos e com o Recôncavo; e como centralidade cultural, política e simbólica da construção da cidade democrática e inclusiva.

Falar, portanto, de Centro Antigo, não é apenas um artifício de mudança ou um desapego à nomenclatura existente, mas trata-se do reconhecimento da complexidade de uma área de aproximadamente 600 hectares, onde vivem cerca de 70.000 pessoas⁸, e que contém em seu interior um precioso e único patrimônio histórico, artístico e cultural, o chamado Centro Histórico de Salvador⁹. Reconhecer esse território mais amplo, esse “mundo comum” e agir sobre ele é essencial. É esse inclusive o entendimento que guia o Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2007 entre os níveis federal, estadual e municipal, congregando diversas instâncias da administração pública, e que deu origem ao Escritório de Referência para Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, atualmente coordenando as atividades de planejamento e gestão da área. Ou seja, é fundamental desenvolver uma política de atribuição espacial¹⁰, com definição de conjuntos de atividades, de diferentes setores, modalidades e escalas de investimentos, que incluam e potencializem os já existentes¹¹. Ressalte-se o papel primordial que atividades do setor público centralmente localizadas podem cumprir nesse processo. Nesse mesmo sentido, vale reforçar a já reconhecida e necessária presença do uso residencial com múltiplos estratos de renda e da habitação de interesse social em particular, como uma das modalidades de ocupação da área central.

Por outro lado, além de compatibilizar a redinamização urbana e urbanística com a preservação do patrimô-

nio histórico, cultural e ambiental, é imperioso estabelecer limites à produção corporativa do espaço, cuja ação nas cidades tem gerado inúmeros espaços vazios, nos centros tradicionais, e espaços obesos e congestionados, nos centros novos e nas áreas de expansão¹². Mais que isso, à própria estrutura desses investimentos corporativos corresponde uma divisão econômica e social do espaço¹³ impeditiva da multiplicidade de atividades e de segmentos sociais desejáveis ao espaço central. Além disso, é bom lembrar que as reformas higienistas dos centros das cidades brasileiras mostraram as suas limitações durante todo o século XX.

A esse respeito, uma discussão particular e vital se impõe no caso do Centro Antigo de Salvador: a relação entre cidade e porto, equipamento vital em termos não apenas da área central, mas de alcance regional e estadual. Essa relação vem sendo crescentemente tensionada por distintos projetos para a área, basicamente articulados em torno de dois horizontes. Por um lado, o crescimento veloz das atividades portuárias (em 5 anos as operações cresceram o que era esperado para 25¹⁴), situação da qual deriva a revisão das estratégias do porto com relação à utilização do espaço por ele ocupado; por outro lado, o crescimento também veloz do setor imobiliário-financeiro, guiado por lógicas de extrema valorização das frentes de água, particularmente marítimas, que reforçam, em

⁸ Dados da SECULT com base no censo 2000. Com limites precisos a serem ainda definidos, pode-se considerar o Centro Antigo de Salvador, grosso modo, como aquele correspondente ao perímetro definido pelo Acordo de Cooperação Técnica 2007. Por sua vez, eles são próximos dos limites da Região Administrativa do Centro, a qual congrega cerca de 85.000 pessoas vivendo em aproximadamente 700 hectares.

⁹ Ou, popularmente, o Pelourinho. Uma população de cerca de 6.000 pessoas habita os 80 hectares de seu perímetro, segundo o censo 2000.

¹⁰ Sugestivo sub-título dado pela Profa. Angela Gordilho à sua dissertação de mestrado sobre a questão da habitação popular em Salvador, que aqui retomamos na perspectiva de uma política para o centro. GORDILHO SOUZA, 1990.

¹¹ Essas reflexões sobre o centro antigo de Salvador integram o trabalho produzido e apresentado na Oficina “Reabilitação de áreas centrais: Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos e São Luiz”, organizada pelo BNDES e coordenada por Raquel Rolnik, em outubro de 2007. Ver FERNANDES, 2007b e 2007c.

¹² Poder-se-ia mesmo pensar num “imposto de expansão”, a ser revertido para as operações de reabilitação das áreas centrais.

¹³ LIPIETZ, 1974.

¹⁴ REVCOM/SETIN/PMS/CODEBA/consórcio Concremat-TC/BR, 2006.



muito, o interesse do setor pela área. A esse tensionamento, tem correspondido uma descontinuidade e instabilidade bastante grandes de decisões por parte de várias instâncias do poder público a respeito dos armazéns do porto, o que pode ser verificado no sequenciamento de projetos elaborados entre 1996 e o momento atual¹⁵. Posicionar-se com firmeza sobre a relação porto/cidade para o médio prazo, a partir do interesse público, é fundamental, evitando assim dar margens para decisões precipitadas e determinadas por conjunções imediatistas e privatistas.

Outro aspecto determinante do processo de reabilitação do Centro Antigo diz respeito aos mecanismos de acesso ao solo urbano, através dos quais atividades e usos podem se instalar e reproduzir. Nesse sentido, estabelecer uma política fundiária e imobiliária – com sua correlata política de financiamento – para a região é fundamental, partindo do princípio estabelecido constitucionalmente e explicitado pelo Estatuto da Cidade de que a propriedade urbana deve cumprir sua função social. A estrutura fundiária e imobiliária do centro,

extremamente parcelada e até certo ponto desconhecida do ponto de vista da propriedade, necessita ser compatibilizada com os objetivos do programa de reabilitação através de processos democráticos e inclusivos de recomposição da mesma. O papel da União e do Estado nesse processo é decisivo, na medida em que terrenos de domínio da União e imóveis pertencentes ao Estado da Bahia – na Cidade Baixa e no Centro Histórico, respectivamente – são numerosos. Vale ressaltar o interesse em uma política para usos e atividades que integre também estímulos à locação – inclusive locação social – e não apenas à propriedade estrita, dando conta de atividades, usos e populações com vínculos de localização mais temporários e característicos de áreas centrais.

O mapa de acessibilidades da área em suas várias escalas deve ser também redefinido, tanto via os diferentes modos de transporte de massa¹⁶ em suas articulações horizontal e vertical, quanto via exploração das potencialidades das diversas alternativas de transporte marítimo de pessoas, bens e produtos, guardando a mesma preocupação em contemplar setores, modalidades e escalas de operação distintas. Seria indesejável e de curto fôlego o poder público outorgar ao monopólio do setor turístico as grandes possibilidades de articulação do centro tradicional de Salvador com a Baía e o Recôncavo.

Por fim, construir o processo de reabilitação do centro antigo de Salvador através da ação pública articulada em seus vários níveis, aliada à informação, mobilização e participação democrática¹⁷, constitui uma possibilidade mais permanente da busca de reconquista das centralidades, aliando democracia, direito e interesse público e instaurando possibilidades de novas poéticas da vida coletiva.

¹⁵ São inúmeras as instâncias de governo em seus vários níveis trabalhando de forma desarticulada sobre essa questão. O detalhamento desses projetos pode ser visto em FERNANDES, 2007b.

¹⁶ Como indicador, podemos utilizar dados da pesquisa do Instituto Futura (1996), segundo a qual 74,2% dos usuários do Centro Histórico para aí convergem a pé (25,2%) ou de ônibus (49,0%).

¹⁷ O Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador vem trabalhando nesse sentido desde sua criação em 2007.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria de Azevedo "O Último Dia da Criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador" in VALLADARES, L. P. (org) *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

CONSÓRCIO CONCREMAT-TC/BR "Plano de Revitalização da Área do Comércio. Elaboração dos Projetos Básicos de Infraestrutura e Modelagem para Concessão de Uso da Área do Porto. Proposta de Uso e Ocupação dos Armazéns 1 e 2 da CODEBA (Porto Cidadão)". Salvador: REVCOM/SETIN/PMS/CODEBA, 2006

FERNANDES, Ana "Projeto Pelourinho: operação deportação x ampliação do direito", in LABHAB-USP/LINCOLN INSTITUTE OF LAND POLICY *Curso de Capacitação em Programas de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*, 2006, disponível em http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/materiais-de-capacitacao-curso-de-capacitacao-programas-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais-lab-hab/textos/T_Ana_Fernandes.pdf

FERNANDES, Ana "Centralidade Subtraída", ppt apresentado ao SILACC 01 - *Simpósio Latino-Americano: Cidade e cultura, dimensões contemporâneas*, São Carlos: EESC/USP, 2007a

FERNANDES, Ana "Salvador: Projetos de Reabilitação do Comércio (área portuária) e Pelourinho", ppt apresentado à Oficina sobre "Reabilitação de áreas centrais: Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos e São Luiz". Rio de Janeiro: BNDES, 2007b

FERNANDES, Ana "Relatório Final Salvador" in Oficina sobre "Reabilitação de áreas centrais: Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos e São Luiz". Rio de Janeiro: BNDES, 2007c

FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A. de F. "O Passado Tem Futuro? Os (Des)Caminhos da Requalificação do Pelourinho (Salvador/Ba)" in *Anais Do V Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, vol. 1, 1995

GORDILHO SOUZA, Angela *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, dissertação de mestrado, 1990

LIPIETZ, Alain *Le Tribut Foncier Urbain*. Paris: François Maspero, 1974

SANT'ANNA, Márcia G. *A Cidade-Atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. Salvador: Salvador: UFBA-Faculdade de Arquitetura, tese de doutorado, 2003

SANTOS NETO, Isaías de C. *Centralidade Urbana: espaço e lugar*. São Paulo: FAUUSP, tese de doutorado, 1991

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.



Tiragem: 1.000 exemplares
Formato 21x21 cm
Papel do miolo: Alta Alvura 120 gr/M²
Papel da capa: Alta Alvura 180 gr/M²
Impressão e Acabamento: Grasb